

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA**  
**FACULDADE DE COMUNICAÇÃO**

**Antonione Alves Grassano**

**O “PETISMO” IMAGINÁRIO:**

uma leitura discursiva das colunas da Folha de São Paulo sobre o Partido dos Trabalhadores

**Juiz de Fora**  
**Agosto de 2016**

**Antonione Alves Grassano**

**O “PETISMO” IMAGINÁRIO:**

uma leitura discursiva das colunas da Folha de São Paulo sobre o Partido dos Trabalhadores

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Comunicação Social – Jornalismo da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para a obtenção do grau de bacharel

Orientador: Prof. Dr. Wedencley Alves Santana

**Juiz de Fora**  
**Agosto de 2016**

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Grassano, Antonione Alves.

O "petismo" imaginário : Uma leitura discursiva das colunas da Folha de São Paulo sobre o Partido dos Trabalhadores / Antonione Alves Grassano. -- 2016.

63 p.

Orientador: Wedencley Alves

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Comunicação Social, 2016.

1. Comunicação. 2. Análise de Discurso. I. Alves, Wedencley, orient. II. Título.

**Antonione Alves Grassano**

O “petismo” imaginário: uma leitura discursiva das colunas da Folha de São Paulo sobre o Partido dos Trabalhadores

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Comunicação Social – Jornalismo da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para a obtenção do grau de bacharel

Orientador: Prof. Dr. Wedencley Alves Santana

Aprovado pela banca composta pelos seguintes membros:

---

Prof. Dr. Wedencley Alves Santana (UFJF) – Orientador

---

Prof. Dr. Paulo Roberto Figueira Leal (UFJF) – Convidado

---

Prof. Dr. Márcio de Oliveira Guerra (UFJF) – Convidado

Resultado Final: **APROVADO**

Juiz de Fora, 2 de agosto de 2016

*Dedico este trabalho ao meu pai, Vicente, que estaria muito orgulhoso ao ver este momento*

## AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Fátima, que, com sua diligência e apoio incondicional torna-se direta e indiretamente responsável por todas as minhas conquistas.

Ao Weden, por ter me guiado durante esta pesquisa, mas também por ter se constituído em muito mais que um orientador. Pelas conversas, pela paciência e pela paixão inveterada em ensinar, fica aqui a minha profunda admiração.

À Thais, companheira fiel, compreensiva e dedicada, por ter sido minha maior motivação durante o tempo em que esta pesquisa foi realizada. Obrigado pelo zelo, carinho e pela presença decisiva em minha vida. Jamais teria conseguido sem o seu incentivo.

Aos meus amigos, Ed e Laura, por serem as melhores companhias que alguém poderia desejar. À Laura, por ter se tornado presença fundamental não somente em minha vida pessoal mas também acadêmica, ao me mostrar os caminhos do discurso através do SENSUS. Ao Ed, por ser um grande irmão em todos esses anos. A amizade de vocês é uma das maiores realizações da minha vida.

Aos meus amigos que, de vida acadêmica, se tornaram companheiros para a vida toda: Bernardo, Helen e Thaiana. A passagem pela FACOM não seria a mesma sem vocês. Foi um prazer passarmos esses anos de graduação juntos.

Aos membros dessa banca, Márcio e Paulo, por terem sido presenças marcantes e decisivas em minha vida acadêmica. Ao Márcio pelos muitos ensinamentos, pelas oportunidades e pelo crescimento profissional que me proporcionou. Ao Paulo, por ser sempre fonte de inspiração, humildade e pelo constante incentivo em “ampliar as fronteiras com o desconhecido”. Muito obrigado!

Aos colegas do SENSUS, pelas contribuições durante as leituras e pela disposição com que sempre colaboraram com sugestões e em auxílio às minhas dúvidas.

A todos, meus sinceros agradecimentos

## RESUMO

Partindo da percepção de um acirramento e radicalização dos discursos políticos desde as eleições presidenciais de 2014, e que discursos de ódio foram verbalizados contra um ator político em específico, o Partido dos Trabalhadores (PT), este trabalho de conclusão de curso procura estudar os efeitos de sentido produzidos nas colunas da Folha de São Paulo para o termo “petismo”. O arquivo levantado foi pesquisado nas páginas do jornal no período de janeiro de 2002 a dezembro de 2014 e resultou em 121 artigos e/ou análises. Para compreender os sentidos, este trabalho filia-se na Análise do Discurso (AD) francesa e procura evidenciar os processos de deslocamentos e estabilizações, através de paráfrases e polissemia, no período recortado. Para isso, instrumentalizamos teorias da Linguística (AUTHIER-REVUZ), Linguística Textual (ADAM e KOCH) e Semântica (GUIMARÃES) para evidenciar os sentidos produzidos a partir da materialidade textual-verbal. Nossa pesquisa mobiliza exteriores teórico-filosóficos de uma tradição de pensadores que defendem o valor crucial das sensibilidades na política, como Arendt, Déloye e Haroche.

**PALAVRAS-CHAVE:** Análise de Discurso; Comunicação; Intolerância Política; Jornalismo

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>7</b>
<b>1. CENÁRIO POLÍTICO EM 2015.....</b>	<b>9</b>
1.1 A PSICOLOGIA DA MASSAS.....	12
1.2 OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E O IMAGINÁRIO.....	17
<b>2. POLÍTICA E SENSIBILIDADES.....</b>	<b>21</b>
2.1 POLÍTICA, DISCURSO E AFETO.....	21
2.2 CONCEITOS DE BASE E METODOLOGIA.....	26
<b>3. O “PETISMO” NAS COLUNAS DA FOLHA DE SÃO PAULO.....</b>	<b>30</b>
3.1 OBSERVAÇÕES DISCURSIVAS A PARTIR DA MACROTEXTUALIDADE...30	
3.2 AS FAMÍLIAS PARAFRÁSTICAS SOBRE O “PETISMO”.....	32
3.2.1. “PETISMO” E CRIME.....	33
3.2.2. “PETISMO” E DEMAGOGIA.....	42
3.2.3. “PETISMO” E FISIOLÓGISMO.....	48
3.2.4. “PETISMO” E AUTORITARISMO.....	52
3.2.5. “PETISMO” E AMORALIDADE.....	56
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>60</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>62</b>



## INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso é o resultado de uma insatisfação. Insatisfação que começou em meados de 2014 e cresceu, ou “amadureceu” em 2015. Neste período, o cenário político brasileiro foi tomado por um acirramento crescente e, conseqüentemente, testemunhou uma radicalização dos discursos tanto dos atores políticos quanto da população em geral, nas ruas.

A onda de protestos contra o governo tomou proporções mais que consideráveis. Apesar disso, o que sobressaiu-se e chamou a atenção foi a ocorrência de focos de manifestações de intolerância política e a emergência de discursos de ódio, em sua maioria direcionados a um ator político: o Partido dos Trabalhadores.

A partir desta observação, e considerando os meios de comunicação na formação de uma memória discursiva sobre o partido e na (re)produção de efeitos de sentidos, formulamos a questão que delinea esta pesquisa: é possível encontrar formações discursivas, nas páginas do jornal Folha de São Paulo, que estabeleçam uma relação parafrástica com o discurso das ruas? Tangenciando essa pergunta, nos deteremos, ainda na relação entre discurso e afeto, e como ocorre a produção discursiva da repulsa.

Nesta proposta, nossa reflexão será de caráter discursivo, o que nos impõe a tarefa de considerar os aspectos do que se diz, o que não se diz e como se diz, na imprensa, o dizer sobre o PT de forma indissociável não apenas dos textos produzidos em uma determinada época, mas, ainda mais importante, da história que constitui esse dizer. Trata-se, isto é, de perceber o modo da historicidade constituir a textualidade na produção de sentidos sobre nosso objeto.

Tentaremos demonstrar aqui como o discurso jornalístico desempenha um papel importante na (re)produção e, também, na circulação de sentidos. Em outras palavras, como a memória institucional do jornalismo, o lugar social do jornalista e outros fatores da prática organizam uma direção na produção dos sentidos políticos.

Este trabalho se organiza em três partes. No primeiro capítulo, passaremos a um breve resumo do cenário político brasileiro em 2015. Como parte da tarefa de estudar os discursos de ódio e a relação entre política e intolerância, recorreremos a três linhas de pesquisa para constituir o pano de fundo ao qual se insere tais fenômenos: à ciência política, com destaque para a intolerância política; à psicanálise, em especial os trabalhos de Sigmund Freud a respeito da psicologia das massas; e às teorias da comunicação, com suas contribuições acerca do papel dos meios de comunicação na formação do imaginário social, na estabilização de

sentidos e no estabelecimento de uma agenda semântico-discursiva.

Trabalhando com a hipótese de que uma formação discursiva, que chamaremos de “anti-petista”, possa estar materializada nas colunas de jornal, no segundo capítulo mobilizaremos os conceitos da Análise de Discurso (AD) de filiação francesa. Nossa questão aqui é compreender de que forma ocorre a produção discursiva de afetos, eminentemente a repulsa e o ódio, através da produção/reprodução de sentidos em uma materialidade linguística

Na terceira parte deste trabalho, procederemos à análise dos textos. Tentaremos evidenciar como determinados sentidos, entre efeitos de paráfrase e polissemia, se dão nas colunas e como alguns destes sentido estabilizam-se, enquanto outros são esquecidos. Para isso, nos ateremos a campos afins da Linguística para dessencionalizar a superfície textual e evidenciar esta circulação de sentidos.

## 1. CENÁRIO POLÍTICO BRASILEIRO EM 2015

Em 1º de janeiro de 2015, a presidenta Dilma Vana Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), era empossada em Brasília para seu segundo mandato à frente do executivo federal. O desempenho de Rousseff nas eleições de outubro de 2014 confirmou a quarta vitória consecutiva de seu partido para a Presidência da República.

As eleições de 2014 foram um capítulo à parte na história da democracia brasileira. Já com a campanha do primeiro turno em curso, há um mês e 21 dias do pleito, a disputa foi inesperadamente reconfigurada com a morte do candidato Eduardo Campos, do Partido Socialista Brasileiro (PSB), em um acidente aéreo. O fato alterou a dinâmica das eleições: então com 8% das intenções de voto, segundo o Datafolha, a candidatura do PSB, agora encabeçada pela ex-senadora Marina Silva, saltou para 21%, segundo o mesmo Datafolha. A sondagem colocava Silva tecnicamente empatada com o candidato Aécio Neves, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), então com 20% das intenções.

Apesar da “onda Marina”, como os jornais chamaram a ascensão da ambientalista nas pesquisas, o movimento não foi suficiente para interromper a polarização PT-PSDB no segundo turno, e qualificaram-se para o pleito definitivo a candidata à reeleição, Dilma Rousseff (41,59% dos votos válidos), e o senador por Minas Gerais, Aécio Neves (33,55%). Mesmo não obtendo o resultado necessário, a ameaça da candidatura de Marina Silva provocou um acirramento na disputa presidencial já no primeiro turno, algo que viria a se aprofundar no segundo.

Neste momento, a radicalização nas ruas já era evidente. O discurso de ódio e a intolerância política eram temas de discussão na imprensa. Nos eventos de campanha e manifestações de rua pró-candidatos, a repulsa pelo adversário podia ser notada pelas próprias falas, como seguem discursos anti-PT, em vídeo publicado pela TV Folha<sup>1</sup>: *“Eu odeio o PT mais que tudo na minha vida”*; *“Para a Santa Sé, é imoral votar em partidos como o PT”*; *“É impossível não ter ódio do PT. O PT acabou com o Brasil”*; *“Eu tenho crença que, se o PT ganhar, a gente vai se aproximar cada vez mais da Venezuela”*; *“Dilma, vai embora, o Brasil não quer você. Aproveita e leva o Lula e os vagabundos do PT”*; *“Eles são canalhas, terroristas, guerrilheiros”*; *“O PT roubou”*; *“Quem criou a miséria, quem criou a pobreza e a guerra de classes foi o próprio PT”*; *“Eu vou salvar o meu Brasil, sim, custe o que custar, pela intervenção militar ou pelo Aécio”*; *“Eles (os militares) ficaram em cima de comunistas. Eles limpam nossa pátria”*; *“Eu tenho 18 anos e eu não tenho liberdade de expressão*

---

1 Disponível em: [youtube.com/watch?v=zb9\\_4yRJsVY](https://www.youtube.com/watch?v=zb9_4yRJsVY). Acessado em 20/04/16.

*porque o PT tira todos os direitos”; “Os maiores escândalos de corrupção estão dentro do PT”.*

A campanha eleitoral que se sucedeu nos 21 dias entre o primeiro e o segundo turno foi marcada pelo tom agressivo e pela polarização nas ruas. A imagem de um “país dividido” era largamente difundida nos jornais e na TV. Ao menos politicamente, o resultado nas urnas parecia confirmar a metáfora: Dilma Rousseff era reeleita com 54.501.118 votos, ou 51,64% dos votos válidos, contra 51.041.155 de Aécio Neves, ou 48,36%. A diferença, tanto em percentual quanto em número absoluto de votos, foi a menor registrada em eleições diretas para a Presidência da República desde a redemocratização.

O debate político referente às eleições presidenciais não terminou com a apuração das urnas. Após a divulgação do resultado, eleitores do candidato Aécio Neves reunidos em São Paulo começaram a pedir pelo impeachment da presidenta. Quatro dias após a homologação do resultado, o PSDB protocolou uma petição junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) requisitando uma auditoria no sistema de apuração dos votos.

O primeiro ano do segundo mandato de Dilma Rousseff começou com indicativos de recessão econômica e com o início de uma crise política. Divulgado em março de 2015, o Produto Interno Bruto (PIB) de 2014 apresentou crescimento de 0,1%. Contrariando os anseios de seu partido e de seu eleitorado, Rousseff nomeou para o Ministério da Fazenda o economista Joaquim Levy, responsável pela condução de um ajuste fiscal que resultou em queda recorde da popularidade da presidenta e da aprovação de seu governo<sup>2</sup>. O ajuste fiscal foi uma série de medidas que incluía corte de gastos em programas e benefícios do Governo, alta de impostos e propostas de mudanças na legislação trabalhista, como alterações nas regras para o seguro desemprego.

Aliada à crise econômica, contribuiu para a desestabilização do partido da presidenta junto à opinião pública os desdobramentos da Operação Lava Jato, deflagrada em março de 2014 pela Polícia Federal. A operação investiga um esquema bilionário de desvio e lavagem de dinheiro envolvendo a Petrobras e outras estatais, empreiteiras e partidos políticos. O escândalo de desvio de verbas da Petrobras para fins políticos foi apelidado na imprensa de “Petrolão”.

Em fevereiro, a crise política era aprofundada, dessa vez entre a própria base governista, após o desvelamento da primeira desavença entre o PT e o maior partido da base aliada, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Com a maior coalizão

---

2 Fonte: Datafolha. Disponível em: [media.folha.uol.com.br/datafolha/2015/06/22/avaliacao-dilma-intencao-de-voto-v2.pdf](http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2015/06/22/avaliacao-dilma-intencao-de-voto-v2.pdf)

bipartidária na Câmara dos Deputados, o acordo firmado entre PT e PMDB de alternância na presidência da Casa foi encerrado e ambos os partidos lançaram candidaturas próprias, no que foi o primeiro grande desgaste de Rousseff com o partido de seu vice, Michel Temer. Eduardo Cunha (PMDB) venceu com apoio de partidos da oposição e tornou-se o principal contraponto aos projetos de lei que compunham o ajuste fiscal.

Impulsionados pela impopularidade da presidenta, pelo cenário econômico desfavorável e pelas sangrias provocadas pela Lava Jato, grandes manifestações anti-governo se espalharam país. A primeira delas, convocada pelo Movimento Brasil Livre (MBL) ocorreu em 15 de março de 2015. A maior manifestação aconteceu na cidade de São Paulo. O movimento era díspar, e reunia grupos auto definidos como contrários à corrupção, a favor do *impeachment* de Rousseff, renúncia, impugnação da chapa da presidenta ou intervenção militar. Em comum, a aversão ao PT, que se misturava a uma narrativa anticomunista. A repulsa era expressa nos registros em vídeo, novamente da TV Folha<sup>3</sup>: *“No momento (o impeachment) não resolveria grandes coisas, mas a gente pelo menos lavaria a alma de tirar essa bandida do governo”*; *“Por que que não é uma solução democrática hoje, quando a gente precisa tirar o PT do poder?”*; *“Tem que tirar o PT”*; *“O PT é a bola da vez”*; *“A nossa bandeira jamais será vermelha”*; *“O PT é o partido mais corrupto que existe na história mundial”*; *“Ela (Dilma) é filha da p..., repito alto, filha da p..., sim”*; *“Cada um de vocês aqui pode ter o orgulho de dizer: 'eu ajudei a mudar a história desse país, eu bani os comunistas desse país’*; *“Olha para trás, até o chão está vermelho (referência à ciclofaixa)”*; *“Nosso foco sempre foi o PT (...) porque é o partido que levou o país de cabeça para baixo, é partido que infiltra terrorista, é o partido que está vinculado ao PCC, é o partido que esta vinculado a tudo de podre que tem”*; *“Nós queremos os militares”*; *“Intervenção é para interceder, como nós estamos fazendo agora. Nós estamos intercedendo tirando os petistas daqui”*; *“Tem que tirar o PT, chega de roubo”*; *“O diabo é melhor que a Dilma”*; *“A gente vai ficar socialista igual a Venezuela?”*; *“(A favor de) Tirar o PT e enfraquecer a esquerda”*. No mesmo dia, em Jundiaí, dois bonecos, representando a presidenta Dilma Rousseff e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ambos do PT, ficaram expostos enforcados em um viaduto<sup>4</sup>. Na cidade, a fachada da sede do partido foi incendiada<sup>5</sup>.

A crise política, em meio à recessão econômica, agravou-se não somente entre o Governo e o Congresso, mas também entre o PT e o PMDB. Além de não conseguir emplacar na Câmara as medidas do pacote de ajuste fiscal, a presidenta precisava enfrentar as chamadas

3 Disponível em: [youtube.com/watch?v=JBrkxiBpCVQ](https://www.youtube.com/watch?v=JBrkxiBpCVQ). Acessado em 20/04/16

4 Fonte: Revista Fórum. Disponível em: <http://goo.gl/1ghibT>. Acessado em 20/04/16

5 Fonte: Agência Brasil. Disponível em: <http://goo.gl/yPc0pU>. Acessado em 20/04/16

“pautas-bomba”, colocadas na ordem de votação pelo presidente da Casa, Eduardo Cunha. As “pautas-bomba” eram medidas de descontrole das contas públicas em formas de projetos de lei, como ajustes salariais, bloqueios de novas formas de arrecadação e outras medidas que dificultavam o cumprimento da meta fiscal.

Em 20 de agosto, a Procuradoria Geral da República (PGR) enviou ao Supremo Tribunal Federal (STF), denúncia contra Eduardo Cunha sob a acusação de crimes de corrupção e lavagem de dinheiro no esquema de desvios da Petrobras investigado pela Operação Lava Jato. Acusado de mentir na CPI da Petrobras ao negar contas não declaradas em seu nome na Suíça, o deputado teve aberto contra si um processo de cassação de mandato no Conselho de Ética da Câmara por quebra de decoro parlamentar.

Em 2 de dezembro, o PT fecha questão acerca do processo contra Cunha no Conselho de Ética. A bancada do partido anuncia que votará pela continuidade do processo. Horas depois, Cunha anuncia que irá acolher o 28º pedido de *impeachment* contra Dilma Rousseff, protocolado pelos juristas Hélio Bicudo e Miguel Reale Júnior e pela advogada Janaína Paschoal.

## 1.1 A PSICOLOGIA DAS MASSAS

Considerar os efeitos de massa nas manifestações que se espalharam por todo o país desde as eleições presidenciais de 2014 passa a ser fundamental na tentativa de entender a radicalização dos discursos, dos afetos e dos atos resultantes de tais eventos. Com base no princípio da não diferença entre a psicologia social, ou das massas, e a individual, proposto por Freud em “A psicologia das massas e análise do eu” (FREUD, Sigmund, 2016, p.35), utilizaremos as descrições decorrentes dos mecanismos psicanalíticos para compreensão do comportamento de pessoas em uma multidão e os efeitos desta na psique do indivíduo.

Para Freud, a psicologia das massas trata do indivíduo “como membro de uma tribo, um povo, uma casta, uma classe, uma instituição ou como elemento de um grupo de pessoas que, em certo momento e com uma finalidade determinada, se organiza numa massa” (FREUD, 2016, p.36). O ponto de partida para as considerações freudianas acerca do comportamento das massas são as descrições do psicólogo francês Gustave Le Bon<sup>6</sup>, segundo o qual a massa “impõe uma modificação psíquica” no indivíduo (LE BON, 1895 *apud* Freud, S, 2016, p.40). Le Bon chama de “alma coletiva” a situação conferida a cada um dos indivíduos que se juntaram em uma massa, situação essa que provoca uma mudança no modo

---

6 LE BON, Gustave. *Psychologie des foules*. Paris, 1895

de agir, sentir e pensar do indivíduo se comparado ao comportamento isolado: “Há ideias e sentimentos que só surgem ou se transformam em ações nos indivíduos ligados numa massa. A massa psicológica é um ser provisório constituído por elementos heterogêneos que por um momentos se ligaram entre si” (LE BON, G, 1895 *apud* Freud, S, 2016, p.41).

Nas palavras de Freud,

Na massa, opina Le Bon, apagam-se as aquisições dos indivíduos, e com isso desaparecem suas singularidades. O inconsciente racial vem ao primeiro plano, o heterogêneo se perde no homogêneo. Diríamos que a superestrutura psíquica, que se desenvolveu de maneira tão diversa nos indivíduos, é removida, enfraquecida, e o fundamento inconsciente, semelhante em todos eles, se torna visível (ativo). (FREUD, 2016, p.43)

A supressão da superestrutura psíquica e da personalidade consciente em detrimento do inconsciente é, segundo Freud, uma das características mais notáveis da psicologia das massas. É esse fenômeno que possibilita a produção do caráter médio e homogêneo dos indivíduos. Já utilizando a linguagem psicanalítica, Freud explica:

(...) na massa o indivíduo é colocado sob condições que lhe permitem se livrar dos recalamentos de suas moções de impulso inconscientes. As qualidades que ele então mostra são justamente as manifestações desse inconsciente, que, afinal, contém tudo o que há de malvado na alma humana; o desaparecimento da consciência moral ou do sentimento de responsabilidade nessas circunstâncias não oferece qualquer dificuldade para nossa compreensão. Há muito já afirmamos que o núcleo da chamada consciência moral é o “medo social” (FREUD, 2016, p.44)

Na investigação psicanalítica, Freud considera a intensificação da afetividade individual como o fenômeno mais importante da formação das massas (FREUD, 2016). Na descrição de Le Bon, “as massas de tipo efêmero constituídas rapidamente por indivíduos heterogêneos devido a um interesse passageiro” (LE BON, G, 1895 *apud* Freud, S, 2016, p.60) necessitam de estímulos desmedidos para atingir tal grau de radicalização:

Ela vai logo ao extremo; a suspeita manifestada logo se transforma em certeza irrefutável, um germe de antipatia se transforma em ódio selvagem. (...) Quem quiser agir sobre ela não precisa de nenhuma ponderação lógica de seus argumentos; tem de pintar as imagens mais fortes, exagerar e repetir sempre a mesma coisa. (...) Visto que a massa não tem dúvidas quanto ao verdadeiro e ao falso, e ao mesmo tempo tem consciência de sua grande força, ela é tão intolerante quando crédula na autoridade. Ela respeita a força e se deixa influenciar apenas mediocrementemente pela bondade, que para ela significa apenas uma forma de fraqueza. O que ela exige de seus heróis é força, inclusive violência. (...) No fundo completamente conservadora, ela tem a mais profunda aversão a todas as novidades e progressos, e um respeito ilimitado pela tradição. (FREUD, 2016, p. 51-52)

Nestas condições, a capacidade intelectual da massa encontra-se sempre abaixo daquela do indivíduo. Apesar disso, o psicólogo francês fala em uma “moralização do

indivíduo pela massa”. O resultado é o desnivelamento do comportamento ético na massa, que pode ficar muito acima ou muito abaixo do individual.

Le Bon confere um caráter importante ao discurso, embora não use este termo, na determinação do comportamento da multidão. Segundo o psicólogo, “a massa está sujeita ao poder verdadeiramente mágico das palavras, que podem provocar na sua psique as mais terríveis tempestades e também acalmá-las” (FREUD, 2016, p.53). E completa:

Com razão e argumentos não se pode lutar contra certas palavras e fórmulas. Pronunciadas com devoção diante das massas, imediatamente os rostos se tornam respeitosos e as cabeças se inclinam. (...) As massas nunca conheceram a sede da verdade. Elas exigem ilusões, as quais não podem renunciar. Nelas, o irreal sempre tem precedência sobre o real; aquele as influencia com quase tanta força quanto este.  
(LE BON, 1895 *apud* Freud, 2016, p.54)

Para Freud, esta precedência do “irreal” sobre o “real” é o que foi postulado pela psicanálise como determinante na psicologia das neuroses, o predomínio da fantasia e da ilusão sustentados por um desejo não realizado. A fantasia, conforme a psicanálise, fornece a base para um sintoma histérico. “Como no sonho e na hipnose, na atividade psíquica da massa a prova de realidade recua diante das forças das moções de desejo afetivamente investidas”. (FREUD, 2016, p.55)

A primeira hipótese levantada por Freud, também presente em Le Bon, para explicar a apreensão afetiva do indivíduo pela massa e a unicidade provocada nos mais diversos sujeitos é a existência de uma orientação emocional no mesmo sentido, ou seja, um interesse em comum pelo mesmo objeto. Esta congruência geraria uma capacidade de influência mútua entre os indivíduos da massa, que seria potencializada conforme o tamanho do grupo. Seriam essas orientações em dois sentidos, o desejo pelo mesmo objeto e a indução recíproca que seriam capazes da formação de uma massa psicológica para além dos grupos primordiais, como a família.

Apesar da investigação se debruçar nas massas efêmeras não organizadas, Freud busca em duas massas artificiais, a Igreja e o exército, o modelo de ligações libidinais que caracteriza aquelas formações. O caminho sugere a hipótese de que as “relações amorosas”, ou “ligações emocionais”, também “constituem a essência da psique das massas” (FREUD, 2016, p.76).

Notemos que nessas duas massas artificiais cada indivíduo se encontra, por um lado, libidinosamente ligado ao líder (Cristo, o general) e, por outro, aos demais indivíduos da massa. (...) Parece que nos encontramos no caminho correto para explicar o principal fenômeno da psicologia das massas, a ausência de liberdade do indivíduo. Se para cada indivíduo existe uma ligação emocional tão profunda em duas direções, não nos será difícil derivar dessa relação a modificação e a limitação



observadas em sua personalidade. (FREUD, 2016, p.81-82)

Um ponto de inflexão nos escritos de Freud e Le Bon é a leitura que este último faz do papel do líder na composição dos fenômenos de massa. Diferentemente do francês, Freud considera a presença do líder importante, mas não fundamental, para a formação de uma massa psicológica. Para o psicanalista, o líder pode ter sua função exercida por uma ideia. Este líder, ou ideia, ocupa na psique do indivíduo da massa o lugar de “ideal do eu”. O conceito de “ideal do eu” é posteriormente identificado por Freud com o “super eu”, em “O eu e o id”. A esta instância psíquica do indivíduo cabe todos os interditos impostos a ele. Suas funções são de auto-observação, consciência moral e, conseqüentemente, autocensura. (FREUD, 2011).

Ocorre que, ao mesmo tempo que ocupa o lugar de ideal do eu, o líder ou ideia, na formação da massa psicológica, é um objeto de investimento das pulsões afetivas. Este processo, ao qual Freud chama “enamoramento”, também está em curso, provocando a falha na função interditiva do ideal do eu.

Simultaneamente a essa “entrega” do eu ao objeto, que já não se distingue mais da entrega sublimada a uma ideia abstrata, falham inteiramente as funções que cabem ao ideal do eu. A crítica exercida por essa instância silencia; tudo o que o objeto faz e exige é justo e irrepreensível. A consciência moral não encontra aplicação a nada do que ocorre em favor do objeto. (FREUD, 2016, p.113)

Aqui entra tangencialmente o caráter elementar das disposições à agressividade (FREUD, 2016, p.94), desenvolvido posteriormente sob o conceito das “pulsões de morte”. As amplificações emocionais causadas dentro da multidão sempre poderão ocasionar em manifestações de ódio. “O líder ou a ideia condutora também poderiam se tornar negativos, por assim dizer; o ódio a determinada pessoa ou instituição poderia atuar da mesma maneira unificadora que a afeição positiva e produzir ligações emocionais semelhantes” (FREUD, 2016, P.91).

A ideia condutora como objeto de desejo e a circunscrição desta mesma ideia na instância de ideal do eu é, segundo Freud, o “algo em comum” dos indivíduos em Le Bon.

Tal massa primária consiste de certo número de indivíduos que colocaram um único e mesmo objeto no lugar de seus ideais do eu e que, por conseguinte, se identificaram uns com os outros em seus eus. (...) Estamos autorizados a dizer a nós mesmos que as abundantes ligações afetivas que reconhecemos na massa bastam plenamente para explicar uma de suas características, a falta de independência e de iniciativa do indivíduo, a uniformidade de sua reação com a de todos os outros, seu rebaixamento à categoria de indivíduo de massa. (FREUD, 2016, p.118-119)

Ainda que considere ligações libidinais determinantes do ponto de vista da psique humana, como o enamoramento e a identificação, Freud retoma a hipótese leboniana da “indução recíproca” para propor o fenômeno da “sugestão mútua”. A sugestão é o fenômeno que, na psicanálise, provoca o estado hipnótico. Freud reconhece este efeito na massa através da sugestão do líder ou ideia condutora. Já a sugestão mútua, ou seja, o fenômeno de influência para a ação entre os indivíduos da massa, é depreendido da noção de “instinto gregário”, ou impulso social, moção “não original e não indecomponível” que provoca a manifestação dos fenômenos sociais. (FREUD, 2016). Freud utiliza a seguinte passagem para descrever os efeitos da sugestão mútua.

O fato é que os sinais percebidos de um estado afetivo são capazes de provocar automaticamente o mesmo afeto naquele que os percebe. Essa compulsão automática se torna tão mais forte quanto maior for o número de pessoas em que se percebe simultaneamente o mesmo afeto. Então, a crítica do indivíduo se cala e se deixa deslizar para dentro do mesmo afeto. Mas, ao fazê-lo, eleva a excitação dos outros que agiram sobre ele, e assim se intensifica a carga afetiva dos indivíduos por meio da indução recíproca. É evidente que está aí uma compulsão a imitar os outros, a permanecer em harmonia com o grande número. Os sentimentos mais grosseiros e mais simples têm maiores probabilidades de se difundir dessa maneira numa massa. (LE BON, 1895 *apud* FREUD, 2016, p.63)

Nas massas, como Le Bon descreveu, o “irreal” precede o “real”, o que Freud denominou como fantasias e ilusões. Segundo o psicanalista Slavoj Žižek, as fantasias são a matéria central de nossas ideologias, de nossa relação espontânea com o mundo. O argumento, presente no documentário *The Pervert's Guide to Ideology*, reafirma a definição de “ilusão” proposta por Freud, segundo o qual não se trata de classificar um discurso como verdadeiro ou falso, mas de considerar sua capacidade de influência na ordem psíquica. A legitimidade da “ilusão” residiria em seu caráter de expressão incontestável da realidade psíquica, mesmo que à revelia dos acontecimentos ou de um exercício lógico.

Uma ilusão não é a mesma coisa que um erro, nem tampouco um erro. (...) O que é característico das ilusões é o fato de derivarem de desejos humanos. (...) As ilusões não precisam ser necessariamente falsas, ou seja, irrealizáveis, ou em contradição com a realidade (...) Podemos, portanto, chamar uma crença de ilusão quando uma realização de desejo constitui fator proeminente em sua motivação e, assim, procedendo, desprezamos suas relações com a realidade, tal como a própria ilusão não dá valor à verificação. (FREUD, 1974, 85-119).

Žižek argumenta que os funcionamentos ideológicos mais extremados apostam em sentimentos como o medo, a frustração e a apreensão. A ideologia antisemita do nazismo é o caso paradigmático utilizado para demonstrar como determinadas fórmulas difundidas são

apreendidas pelos indivíduos. Segundo ele, as ideologias nunca são apenas a significação ou “tradução” do mundo real. “Ela também tem que funcionar como um invólucro vazio aberto a todos os possíveis significados” (THE Pervert's Guide to Ideology, 2012), de modo que todo o mundo social possa passar por seu filtro, sua “moldura”, sem provocar sua desintegração. Sobre o antissemitismo, Zizek explicita:

Você precisa criar uma narrativa ideológica que explique porque as coisas deram errado na sociedade, não como resultado das tensões inerentes ao desenvolvimento desta sociedade, mas como resultado de um intruso que vem de fora. 'Tudo ia bem até que os judeus penetraram nosso corpo social. A maneira de curar nosso corpo social é eliminando os judeus'. Você tem uma quantidade imensa de medos e essa multiplicidade de medos confunde você como se você simplesmente não soubesse o que quer dizer a essa confusão toda. E você substitui essa enorme bagunça por uma figura clara: o judeu. E tudo fica claro. (THE Pervert's Guide to Ideology 2012.)

Zizek argumenta que todo edifício ideológico precisa de uma imagem pseudoconcreta como essa pra fixar na imaginação, e esta imagem pode mobilizar os indivíduos.

## 1.2 OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E O IMAGINÁRIO

Várias estudos têm se comprometido a estudar a relação entre mídia e público e a influência que um exerce sobre o outro. Nesta proposta, tem se destacado em aceitação acadêmica a hipótese do agendamento, ou agenda-*setting*.

De acordo com a hipótese do agendamento, os meios de comunicação, embora não sejam capazes de impor o que pensar em relação a um determinado tema, são capazes de, a médio e longo prazo, influenciar sobre o que pensar e falar. Dependendo dos assuntos que venham a ser abordados pela mídia, o público termina por incluí-los igualmente em suas preocupações. Assim, a agenda da mídia termina por se constituir também na agenda individual e mesmo na agenda social, como propõe Shaw (1979).

Os *mass media*, descrevendo e precisando a realidade exterior, apresentam ao público uma lista daquilo sobre que é necessário ter uma opinião e discutir (...). O pressuposto fundamental do agenda-*setting* é que a compreensão que as pessoas têm de grande parte da realidade social lhes é fornecida, por empréstimo, pelo *mass media*. Os *mass media* fornecem algo mais do que um certo número de notícias. Fornecem igualmente as categorias em que os destinatários podem, sem dificuldade e de uma forma significativa, colocar essas notícias. (SHAW, E, 1979 *apud* WOLF, M, 1985, p. 130)

Sobre a formação de uma agenda, isto depende dos graus de percepção da relevância ou importância do tema, além dos diferentes níveis de necessidade de orientação que, em torno daquele tema, o receptor observará. Por isso, o agendamento ocorrerá de maneira

eficiente quando houver um alto nível de percepção de relevância para o tema de acordo com a hierarquização e categorização definida pelos meios de comunicação.

Uma das conclusões dos estudos relacionados à hipótese é em relação ao tempo de exposição do destinatário. Para que o agendamento se realiza, a “ordem do dia” deve se configurar a médio e longo prazos:

O modo de hierarquizar os acontecimentos ou os temas públicos importantes, por parte de um sujeito, assemelha-se à avaliação desses mesmos problemas feita pelo mass media, apenas se a agenda dos mass media for avaliada num período longo de tempo, como um efeito cumulativo (SHAW, E, 1979 *apud* WOLF, M, 1985, p. 132)

Neste estudo, não questionamos a evidência da correlação entre os fatos e as notícias. Nos parece claro que a imprensa tanto pode lançar direcionamentos de sentido na forma como aborda um acontecimento quanto, na ordem inversa, perceber determinadas tendências e incorporá-las. Ocorre que, mesmo com uma estrutura que muitas vezes se prova eficiente, o estabelecimento da agenda social não determina o jogo das interpretações por desconsiderar a opacidade da linguagem, e fica à margem das considerações semântico-discursivas. Conforme Alves, “ainda é muito precária a compreensão dos mecanismos de estabelecimentos de sentidos dominantes em relação a acontecimentos históricos” (ALVES, 2007, p.124)

Para nos distanciar da suposição de que os meios de comunicação e, mais especificamente, a imprensa, seria inquestionavelmente autônoma na determinação da produção de sentidos, utilizaremos o caráter institucional da prática discursiva do jornalismo, isto é, seu o lugar discursivo.

Assim, como prática discursiva, o jornalismo é tomado como lugar de seleção e de construção simbólica da “realidade”, onde opera fundamentalmente as questões discursivas das escolhas entre o que é dito (logo, o que é silenciado) e de quem participa ou é proscrito neste processo. Dessa forma, o discurso jornalístico consolidou-se como o discurso sobre o real, recoberto por uma “vontade de verdade” (FOCAULT, 2014). Se formos analisar os efeitos da inserção do jornalismo, como instituição, nas relações de poder descritas por Foucault, seu capital o configura como um espaço de legitimação e interpretação partilhada do cotidiano.

Os discursos jornalísticos tornam-se expressões máximas do que é verdadeiro; e é com eles, vale dizer, que construímos os nossos modos de compreender e ver o mundo, visões que tecem nossa percepção do outro e nossa maneira de lidar com o diferente ou o semelhante (RESENDE, 2007, p.3)

Logo, o discurso jornalístico é parte integrante da institucionalização da sociedade como “realidade objetiva”, através da filiação de efeitos de sentido. Retomando o conceito da

AD da ilusão referencial da linguagem, isto é, a não-transparência, podemos dizer que são os campos semânticos construídos pela linguagem que constituem elementos de filiação de sentidos e permitem a constituição da memória discursiva sobre determinado objeto.

Por isso, a “tradução” do real ao qual o jornalismo se dispõe deve ser compreendida como um processo que leva em consideração as teorias materialistas da linguagem. Assim, em um processo contínuo, interdiscursivo, os jornais...

lidam com o relato de eventos inesperados, possíveis e/ou previsíveis. Em seu funcionamento, o discurso jornalístico insere o inesperado (aquilo para o quê ainda não há memória) ou possível / previsível (ie, fatos para os quais se pode dizer algo porque guardam semelhanças com algo ocorrido anteriormente) em uma ordem, ou seja, organizando filiações de sentidos possíveis para o acontecimento não apenas em termos de uma memória, mas também no que diz respeito aos desdobramentos futuros. Para tanto, os jornais nomeiam, produzem explicações, enfim, “digerem” para os leitores aquilo sobre o que se fala. Esse processo de encadeamento cria a ilusão de uma relação significativa entre causas e consequências para os fatos ocorridos. Encontra-se nesse funcionamento jornalístico um dos aspectos de convencimento que envolve os leitores. (MARIANI, Bethânia, 1996, p.63)

Na ordem do discurso, devemos considerar a posição (ORLANDI, 2005) do jornalista para compreender a produção de sentidos. Este é determinado pelo seu lugar empírico e, conseqüentemente pelas demandas da profissão. Através das convenções jornalísticas, seu discurso opera sob um afastamento do que é por ele construído.

Este efeito de distanciamento confere ao sujeito enunciador uma imagem de observador imparcial, e marca a diferença entre sua posição e o objeto do seu discurso. Dessa forma, mesmo que não explicitamente, o discurso jornalístico emite valores, opiniões e direciona a interpretação.

Ao colocar a “realidade” como objeto, o discurso jornalístico funciona como “discurso sobre”.

Os *discursos sobre* são discursos que atuam na institucionalização dos sentidos, portanto, no efeito de linearidade e homogeneidade da memória. Os *discursos sobre* são discursos intermediários, pois ao *falarem sobre* um *discurso de* (“discurso origem”), situam-se entre este e o interlocutor, qualquer que seja. De modo geral, representam lugares de autoridade em que se efetua algum tipo de transmissão de conhecimento, já que o *falar sobre* transita na co-relação entre o narrar/descrever um acontecimento singular, estabelecendo sua relação com um campo de saberes já reconhecido pelo interlocutor. (MARIANI, 1996, p.64 [grifo no original])

Assim, o cotidiano e os fatos históricos apresentados nas páginas de jornal entre várias seções constituem, ao serem remetidos à discursividade, uma textualidade sobre os objetos, os acontecimentos, etc. É dessa forma, conectados e referidos ao interdiscurso, que se produzem os sentidos sobre os objetos às quais a linguagem se refere.

No funcionamento jornalístico, estabelecem-se efeitos de causa e consequência sobre os fenômenos, explica-se a “realidade”, ou, como dissemos, a “tradução” do mundo. Assim, os jornais já estão exercendo uma determinação nos sentidos, pois sua evidência de transparência resulta de um imaginário pré-estabelecido

Remetido à discursividade, o discurso jornalístico forma uma cadeia intertextual que vai sendo construída ao longo do tempo. Por essa razão, de institucionalização histórica dos sentidos, que consideramos a contribuição da imprensa para a consolidação de uma memória discursiva e, conseqüentemente, na formação do imaginário social.

## 2. POLÍTICA E SENSIBILIDADES

Neste trabalho, compreendemos que há uma ligação entre sentimentos e política, cujas manifestações estão estreitamente imbricadas no indivíduo moderno. Esta conexão aparece através de aspirações, de necessidades políticas e morais. Trata-se de questões maiores que não cessaram de se por desde a modernidade até os pensadores do século XX.

Trabalhando a questão das formas de humilhação política, Déloye e Haroche (2006) citam a tradição de pensadores - Benjamin, Fromm, Arendt, Elias, Bauman - que insistem sobre o papel crucial da sensibilidade na política.

Segundo Déloye e Haroche, a dignidade, o respeito, o reconhecimento, a consideração, valores contemporâneos que estruturaram a estabilidade democrática, são objetos antropológicos e políticos inscritos nas lutas históricas. São objetos intangíveis, mas não menos fundamentais.

Evidentemente, Déloye e Haroche estão se referindo a uma história francesa com longuíssima tradição democrática, ou bem mais igualitária que a brasileira, onde insere-se nosso trabalho. As observações de Déloye e Haroche mostram a necessidade de se pensar a política levando em consideração os sentimentos, as sensibilidades e os afetos. O que os autores chamam a atenção, citando Barrington Moore é que a história nasce frequentemente de sofrimentos individuais, de sentimentos dolorosos de desprezo e de humilhação.

### 2.1 POLÍTICA, DISCURSO E AFETO

Durante o período que se sucedeu às eleições presidenciais de 2014, os brasileiros testemunharam a emergência de um fenômeno de radicalização dos discursos e da intolerância política, mais notadamente no ano seguinte. Em 2015, isso se deu de forma mais nítida nas manifestações que se espalharam pelo país, quando muitos dizeres verbalizaram-se com um tom beligerante.

No campo da política, a questão da segregação do outro, do diferente, seja nas palavras ou em demonstrações de força, ganhou espessura na crítica que Hannah Arendt faz às “sociedades democráticas liberais modernas”.

O fenômeno dos regimes totalitários, o crescimento da desigualdade e injustiça social, a distensão entre ética e política, a promoção da burocratização da vida humana pelo Estado e o esvaziamento do próprio discurso político, são fatores que demonstram a crise que o paradigma da política atravessa. (ARENDR, 1997, p. 146).

No pensamento arendtiano acerca das definições de “poder” e “violência”, em que a afirmação absoluta de um significa a ausência do outro (ARENDDT, 2014), a política e o poder surgem originariamente no “espaço da aparência”, que se dá “sempre que os homens se reúnem na modalidade do discurso e da ação”. (ARENDDT, 1997, p.212).

Para Arendt, é devido à grande frustração na faculdade de agir e de se fazer pelo discurso, fenômeno largamente aprofundado no mundo contemporâneo, que se explica o recurso à violência. Em sua reflexão sobre o antissemitismo e a emergência dos regimes totalitários, Arendt nos coloca como determinante, na questão do ódio ao “estranho”, a dificuldade da separação entre o que é da ordem da esfera pública e o que é da esfera privada.

sabemos que a vida política altamente desenvolvida gera uma suspeita profunda em relação a essa esfera privada, um profundo ressentimento contra o incômodo milagre contido no fato de que cada um de nós é feito como é – único, singular, intransponível. Toda essa esfera do que é meramente dado, relegada à vida privada na sociedade civilizada, é uma permanente ameaça à esfera pública, por que a esfera pública é tão consistentemente baseada na lei da igualdade como a esfera privada é baseada na lei da distinção e da diferenciação universal. (ARENDDT, 2012, p.410)

De acordo com a autora, a igualdade, diferentemente da singularidade, que é dada pelo fato da mera existência, resulta da organização humana no campo da esfera pública, guiada pelo princípio da justiça. “Não nascemos iguais; tornamo-nos iguais como membro de um grupo por força da nossa decisão de garantirmos direitos reciprocamente iguais” (ARENDDT, 2012, p. 410). Segundo Arendt, nossa vida política baseia-se na suposição de que, através da organização, o homem pode agir sobre o mundo e mudá-lo juntamente com seus iguais.

A aparição do “outro”, um ser tão singular quanto todos, mas “em sua diferença demasiado óbvia”, nos revela a limitação da capacidade humana em construir a igualdade e, conseqüentemente, nos garantir direitos iguais.

A razão pela qual comunidades políticas altamente desenvolvidas, como as antigas cidades-Estado ou os modernos Estados-nações, tão frequentemente insistem na homogeneidade étnica é que esperam eliminar, tanto quanto possível, essas distinções e diferenciações naturais e onipresentes que, por si mesmas, despertam silencioso ódio, desconfiança e discriminação, porque mostram com impertinente clareza aquelas esferas onde os homens não podem atuar e mudar à vontade, isto é, os limites do artifício humano. O “estranho” é um símbolo assustador pelo fato da diferença em si, da individualidade em si, e evoca essa esfera onde o homem não pode atuar nem mudar e na qual tem, portanto, uma definida tendência a destruir. (ARENDDT, 2012, p.411)



Por situar o homem como ser político, o pensamento de Arendt encontra o de Freud. A perspectiva de Arendt sobre a segregação do “outro” se relaciona com a visão psicanalítica, em Freud, da intolerância à diferença do outro. Nos textos em que se dedicou aos fenômenos sociopolíticos na civilização, destacadamente “Psicologia das massas e análise do eu” (FREUD, 2016) e “Mal-estar na cultura” (FREUD, 2016b), Freud aponta, nos conceitos da luta entre eros e o impulso de morte, “a tendência constitucional dos homens à agressão mútua” (FREUD, 2016b).

Em “O tabu da virgindade”, Freud usou pela primeira vez a expressão “narcisismo das pequenas diferenças”. O termo designa a tendência do homem de remeter as emoções mais agressivas, como o ódio, àqueles que “mais nos lembram e nos ameaçam por essa semelhança”. (FANTINI, 2015).

Partindo da sua teoria do narcisismo, Freud abordou os mecanismos de intolerância, segregação e violência existentes na cultura para explicar como humanos vivendo em sociedades teriam propensão à agressão uns contra os outros. Haveria um processo no sentido de estigmatizar o outro com pequenas diferenças que construiriam o estranhamento deste outro e a segregação nos grupos. (FANTINI, 2015, p.108)

De acordo com Fuks (2007), o conceito freudiano de “narcisismo das pequenas diferenças se aproxima da concepção de “inimigo objetivo”, proposta por Arendt (2012), para conceituar o alvo inicial do terror totalitário. Arendt acrescenta, ainda, que essa noção de inimigo é muito mais uma construção ideológica.

A introdução da noção de "inimigo objetivo" é muito mais decisiva para o funcionamento dos regimes totalitários que a definição ideológica das respectivas categorias. Se fosse apenas uma questão de odiar os judeus ou os burgueses, os regimes totalitários poderiam, após cometerem um crime gigantesco, como que retornar às regras normais de vida e de governo. Mas sabemos que acontece exatamente o oposto. A categoria dos inimigos objetivos sobrevive aos primeiros inimigos do movimento, ideologicamente determinados; e novos inimigos objetivos são encontrados segundo as circunstâncias. (ARENDR, 2012, p.564)

Retomando a linguagem freudiana, a intolerância à diferença do outro é um processo de segregação imaginária. Uma construção que se baseia na identificação e desidentificação de um “eu” e de um “outro”.

Nesta perspectiva, Butler (2011) traz à tona a questão de representação do “humano” no “outro” em nossos tempos midiáticos. De acordo com a autora, a mídia frequentemente não nos permite perceber a alteridade, impedindo o reconhecimento do vínculo ético com o “Outro”.

Butler retoma o pensamento de Emmanuel Levinas sobre a demanda ética que o

“Outro” nos impõe através da expressão de suas precariedades e sensibilidades do “rosto”. Butler explica que, em Levinas, o “rosto” não significa necessariamente a face, funciona como uma metáfora. “O rosto como a extrema precariedade do outro. (LEVINAS, 1996 *apud* BUTLER, 2011, p.18).

A abordagem do rosto é o mais básico modo de responsabilidade... O rosto não está de frente pra mim (en face de moi), mas acima de mim. É o outro diante da morte, olhando através dela e a expondo. Segundo, o rosto é o outro que me pede para que não o deixe morrer só, como se o deixar seria se tornar cúmplice de sua morte. Portanto, o rosto diz a mim: não matarás. (LEVINAS, 1996 *apud* BUTLER, 2011, p.16)

A partir desta concepção, Butler argumenta que, no procedimento midiático, ocorre tanto a falta de representação de determinados sujeitos, o que os incorrem no risco de serem vistos como menos humanos – ou nem vistos – quanto a utilização do rosto no sentido de efetivar a desumanização.

Nesta segunda hipótese, Butler propõe as situações de quando essa utilização do rosto o “captura”, na cobertura midiática, de uma forma a personificar o “mal”. Osama Bin Laden, Saddam Hussein, Yasser Arafat são os exemplos citados pela autora. “Esse rosto é maligno, e o mal que o rosto é se estende ao mal que pertence aos humanos em geral, mal generalizado” (BUTLER, 2011, p. 27). Ocorre que, nestes casos, não se pode perceber o rosto levinasiano, que exprime o sofrimento, o clamor da precariedade. Essas representações são produzidas de forma a condicionar a desidentificação pela desumanização. Ninguém ira reconhecer o humano nestes casos, pois ele está ausente da representação.

O questionamento de Butler surge, por outro lado, quando a utilização do rosto se dá de forma a produzir uma personificação que alega conseguir capturar o ser humano em questão, dessa vez com um processo de identificação operando. Seu exemplo são as imagens de meninas afegãs sorrindo sem a burca durante a incursão americana no país. Celebradas como o triunfo dos valores americanos, Butler questiona de que forma o sofrimento causado pela guerra estavam naquelas imagens. E lança a pergunta:

Será que encontramos esses rostos no sentido levinasiano, ou são eles, em vários sentidos, imagens que, através de suas molduras, produzem o paradigmaticamente humano, se tornam os meios culturais por meio dos quais o paradigmaticamente humano é estabelecido? (BUTLER, 2011, p.26)

A sugestão de Butler aponta para a segunda hipótese. De acordo com a autora, as consequências do esvaziamento do humano feito pela mídia através da representação devem ser tratadas sob a questão de um amplo processo de estabelecimento de normas e bases

culturais por meio da regulação daquilo que pode aparecer, daquilo que pode ser ouvido.

Butler destaca duas formas distintas de poder normativo: um em que a reprodução do rosto opera uma identificação simbólica com o inumano. A outra, por meio de “ um apagamento radical, como se nunca tivesse existido um humano, nunca houvesse existido uma vida ali” (BUTLER, 2011, p. 29).

Esses esquemas normativos operam não apenas produzindo ideais do humano que fazem diferença entre aqueles que são mais e os que são menos humanos. Às vezes eles produzem imagens do menos que humano, à guisa do humano, a fim de mostrar como o menos humano se disfarça e ameaça enganar aqueles de nós que poderiam pensar que conseguem reconhecer outro humano ali, naquele rosto. (BUTLER, 2011, p.28)

Este processos nos leva a compreender um pouco melhor a questão da legitimação da violência, da humilhação e do desprezo contra grupos sociais, de forma a traçar um paralelismo com o que Hannah Arendt chamou de “banalidade do mal”. O conceito, longe de propor um processo em que o “mal” tornou-se banal, coloca-o em uma situação em que é impossível para quem o comete sentir que está errado ou perceber o mal no próprio ato. O mal tornou-se cotidiano (ARENDR, 1999).

Uma característica própria da humilhação política é, de acordo com Ansart, essencialmente desigual e frequentemente durável:

A iniciativa é exercida em único proveito do ator e em detrimento da vítima. Nesta humilhação, a vítima é confrontada a uma situação ou a um acontecimento que é contrário a suas expectativas, contrário a seus desejos, que não faz sentido para ela e que é a negação da imagem que ela faz de si mesmo. Um povo vencido, obrigado a se dobrar a um jugo, um cidadão que se ofende com decisões sentidas como injustas e as quais ele é impotente de modificá-las se encontra em situação humilhante. A humilhação é uma das experiências da impotência. (ANSART, 2006, p.131) [tradução nossa]

Embora seja muito difícil conceber, como em nosso estudo, que um partido que esteja no governo possa se encontrar em situação de impotência em relação a um ator social qualquer, cabe observar que os grandes conglomerados de comunicação desfrutam de um poder – ainda mais em um país onde as mídias são tão concentradas como no Brasil – excepcional na sociedade. Como já afirmamos, a mídia desfruta de uma legitimidade social.

Trabalhamos aqui com uma hipótese de trabalho onde questionamos: em que sentido uma máquina poderosa, ao fazer diariamente remissões injuriosas a um partido, sem possibilidade de resposta, é uma ato de humilhação? Consideramos, nesse questionamento, que há um constrangimento institucional. Qualquer reação que o partido assumisse contra esse

poder desigual seria rechaçado como censura ou autoritarismo.

Dessa forma, os meios de comunicação podem exercer, junto à sociedade, um efetivo poder de constrangimento sobre grupos sociais ou indivíduos de grupos sociais, ou ainda instituições e agremiações políticas. Neste caso, não é excessivo dizer que o constrangimento contínuo, a publicidade opressiva, a atitude persecutória contra figuras ou instituições podem ser caracterizadas como gestos de humilhação, ainda mais se considerarmos o que diz Ansart sobre o caráter sistemático da humilhação política.

## 2.2 CONCEITOS DE BASE E METODOLOGIA

Neste trabalho de conclusão de curso iremos analisar o processo de construção discursiva e a produção de sentidos sobre o Partido dos Trabalhadores (PT) nas colunas da Folha de São Paulo. Partiremos da Análise de Discurso (AD) para compreender como se dá esta (re)produção na materialidade textual-verbal.

Para a AD, discurso é a mediação, através da linguagem, do homem com sua realidade natural e social, ou, mais especificamente, efeitos de sentido entre locutores. (ORLANDI, 2005). Aqui, nos interessa compreender as formações discursivas que atravessam uma textualidade sobre nosso objeto, e de que forma tais FDs dotam o texto de sentido. As FDs são as materializações de relações ideológicas que se dão no processo sócio-histórico em que o texto é produzido. Conforme Orlandi, formação discursiva...

se define como aquilo que numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito (...) O discurso se constitui em seus sentidos porque aquilo que o sujeito diz se inscreve em uma formação discursiva e não outra para ter um sentido e não outro. Por aí podemos perceber que as palavras não tem um sentido nelas mesmas, elas derivam seus sentidos das formações discursivas em que se inscrevem. (ORLANDI, 2005, p.43)

São dessas matrizes de sentidos e da relação entre elas que são extraídas as enunciações. O discurso é um trabalho simbólico que "torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e transformação". (ORLANDI, 2005, p.15). Nesse jogo simbólico que caracteriza o ato da enunciação, temos as condições de produção de sentidos, o contexto imediato, cuja materialização é perceptível no intradiscurso, e o sócio-histórico, constituído pelo interdiscurso. Para a AD, este é definido como...

...aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos memória discursiva que torna possível todo dizer e que retorna sob a

forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada (ORLANDI, 2005, p.31)

Orlandi coloca que é do encontro entre o já-dito e o que se está dizendo que depreendem-se os sentidos. A constituição da enunciação é da ordem do interdiscurso, e a formulação, da ordem do intradiscurso. Em outras palavras, o dizível, como memória discursiva, determina o dizer, a formulação, como atualização da memória discursiva. (ORLANDI, 2005)

Isso resulta que não podemos encarar o sentido como um produto acabado, resultado da transparência da língua. Atesta-se como condição de produção do discurso a relação entre sentidos: "todo discurso é visto como um estado de um processo discursivo mais amplo, contínuo. Um dizer tem relação com outros dizeres realizados, imaginados ou possíveis (ORLANDI, 2005, p.39)

Para o propósito de pensar o funcionamento discursivo e os efeitos de sentido, requiere-se a introdução do conceito de formação imaginária. As formações imaginárias são projeções que resultam de um mecanismo de produção de imagens dos sujeitos e dos objetos do discurso, dentro de um determinado contexto.

Dessa forma, são elas que determinam a significação do sujeito como posição-sujeito, seu lugar discursivo, e não lugar empírico. Conforme Michel Pêcheux, "o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro" (PÊCHEUX in GADET, 1993, p.82).

Em todo o nosso percurso analítico, nos caberá, ainda, observar os efeitos metafóricos, que caracterizam o processo de produção de sentidos e a constituição do próprio sujeito. Em AD, a metáfora é tida não como "desvio mas como transferência" de sentidos. Define-se como efeito metafórico "o fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual", onde "este deslizamento de sentido entre x e y é constitutivo tanto do sentido designado por x como por y" (ORLANDI, 2005, p.78)

Como preconiza a tarefa da análise do discurso, estabelecemos um diálogo com o campo da Linguística (AUTHIER-REVUZ,1998,1999), da Linguística Textual (ADAM, 2008; KOCH, 1997, 2014), da Semântica (GUIMARÃES, 2002), além de exteriores teóricos da Psicanálise e das Ciências Sociais e Políticas.

Para analisar os efeitos de sentido e as práticas discursivas da Folha de São Paulo sobre o PT, empreendemos uma busca léxicográfica pelo termo "petismo" no site do acervo

do jornal. A escolha do termo se dá na impossibilidade, em termos de formação de arquivo e, conseqüentemente, de nosso *corpus*, de selecionar pontos de ataque mais genéricos que dizem respeito ao partido, como "PT", "petista" ou o próprio nome "Partido dos Trabalhadores". Consideramos, ainda, "petismo", uma configuração mais abstrata e subjetiva que estas possibilidades.

O recorte temporal foi estabelecido entre 2002, ano em que o PT venceu, pela primeira vez, uma eleição presidencial, com Luiz Inácio Lula da Silva, e 2014, quando o partido completou 12 anos consecutivos no poder, ao mesmo tempo em que se qualificou para mais um mandato presidencial, com a reeleição de Dilma Rousseff. Partindo do pressuposto de que, no referido recorte, 2014 foi o ano de maior evidência do que chamaremos de "discurso anti-PT", retomamos ao ano da ascensão do partido ao poder para buscar um suporte comparativo e estabelecer os possíveis deslocamentos de sentido, considerando, ainda, a pré-história de um acontecimento enunciativo (ALVES, 2007). Procuramos, neste procedimento, estabelecer uma "arqueologia" do "petismo", observando deslocamentos e fechamentos de sentido, e eventuais configurações semânticas que indicassem um afastamento ou uma aproximação daquelas encontradas nos discursos cotidianos.

Definido o ponto de ataque e o recorte longitudinal, estreitamos nossa busca para as colunas fixas dentro do espaço do jornal, não limitando-a a um caderno específico. Deste modo, não procedemos à coleta de reportagens, notícias, editorial e artigos de opinião de convidados do jornal. A escolha das colunas, de caráter intermediário entre a livre opinião dos artigos e a objetividade da notícia ou reportagem, se deu por constituir-se um espaço favorecido de produção de sentidos, como segue:

São os analistas, locutores privilegiados dentro do jornal, porque carregam para si a autoridade do *expert*. A palavra do analista é antes a palavra de uma autoridade conferida pelo jornal, e que não precisa se ater às quase rigorosas regras de textualização, de formalização. Ao analista é permitido um grau maior de metaforizações. O analista é um lugar social dentro da profissão jornalística que confere uma diferenciação de sentido em relação àquela própria da reportagem e da notícia, ainda que escrito pelo mesmo sujeito-empírico. (ALVES, 2007, p.136-137)

O recorte, para fins de análise semântico-discursiva e, principalmente, de constituição histórica de sentidos, provou-se satisfatório. O resultado da busca no acervo digital da Folha remetia 14 páginas com ocorrências do termo "petismo" em 2002, a menor do nosso recorte, bem inferior às 64 páginas em 2014, último ano da pesquisa, ou à média de todo o período, de 51 páginas com aparições do termo por ano. Os números reforçam a hipótese de o recorte ser válido para o estudo de uma pré-história do termo "petismo" até a estabilização de sentidos,

passando por deslocamentos, no decorrer de 13 anos de práticas discursivas.

Com base na leitura prévia dos resultados da busca considerando a formação de famílias parafrásticas (ORLANDI, 2005), constituímos um arquivo de 121 artigos publicados nas colunas da Folha de São Paulo. No decorrer da análise, seus enunciados ou configurações textuais mais extensas estarão referenciados com título e data de publicação. Os excertos sem referência à página publicada no jornal devem-se ao fato de terem sido publicados no Primeiro Caderno da Folha de São Paulo, entre as páginas A1 e A12.

### 3. O “PETISMO” NAS COLUNAS DA FOLHA DE SÃO PAULO

Neste capítulo, procederemos à análise das construções discursivas acerca do Partido dos Trabalhadores (PT) nas colunas da *Folha de São Paulo*. Nosso objetivo é entender como se dá a materialização, para além da superfície textual, das formações discursivas (ORLANDI, 2005) que fundamentam as colunas analisadas, e perceber o processo discursivo de (re) produção dos diferentes efeitos sentidos.

Antes de procedermos à análise propriamente dita, levantamos algumas observações a partir da macrotextualidade, que tomaremos como fatos discursivos (ORLANDI, 2005). Partiremos do pressuposto de tomar nosso recorte temporal como um texto, que se constituiu historicamente, sobre o Partido dos Trabalhadores. Como atesta a AD, é no remetimento à discursividade que a materialidade linguística constitui um texto, ou seja, uma “unidade que se estabelece, pela historicidade, como unidade de sentido em relação à situação” (ORLANDI, 2005, p.69)

#### 3.1 OBSERVAÇÕES DISCURSIVAS A PARTIR DA MACROTEXTUALIDADE

A primeira aparição do termo “petismo” na Folha de São Paulo ocorre em 25 de fevereiro de 1990, em artigo do jornalista Paulo Francis, intitulado “Um episódio melancólico”, publicado na página 6 do Primeiro Caderno. O texto não se tratava de uma análise cujo objeto central fosse o PT ou o cenário político brasileiro, mas uma réplica a uma crítica do *ombudsman* da Folha. Nele, o “petismo” era citado tangencialmente no seguinte período: “Hospedado no Ca' d'Oro em São Paulo, desconhecidos (o Ca' d'Oro, diga-se, é muito frequentado por homens de negócios) me cumprimentavam por me opor com decisão ao petismo na Folha”.

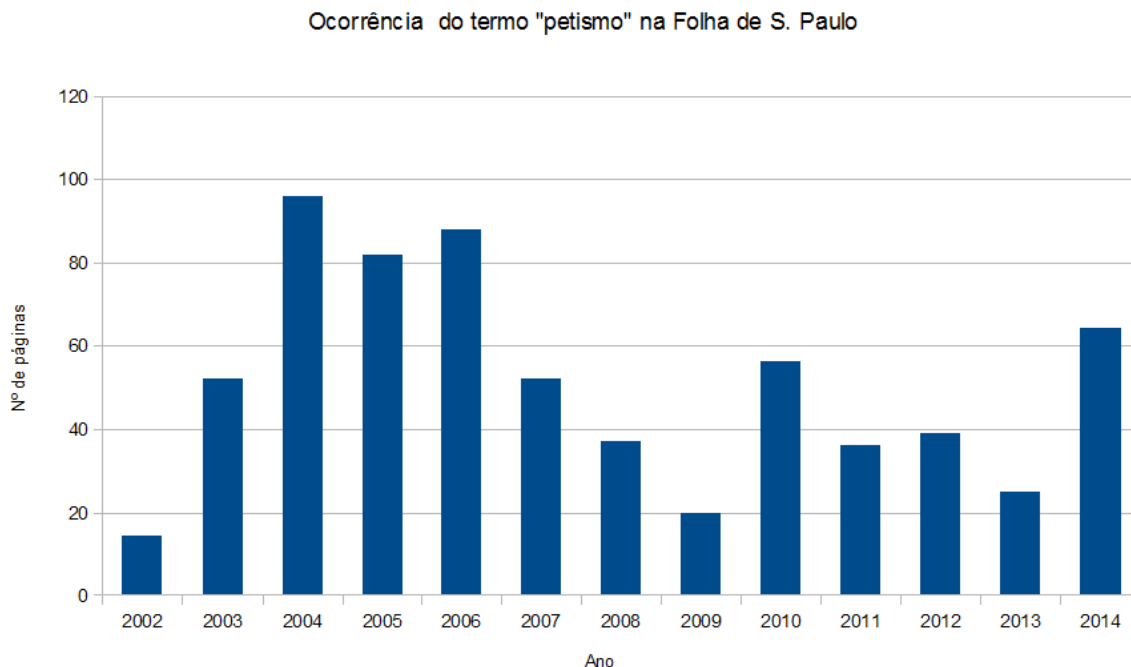
A segunda vez em que o termo é utilizado data de 28 de fevereiro do mesmo ano, no *Painel*, seção de notas do Primeiro Caderno, na página 4. Sob o título “Pioneiro”, a nota dizia: “O deputado federal Wilson de Souza pode trocar o PSDB pelo PT. Próspero empresário, é candidato a inaugurar a ala *light* do petismo em Santa Catarina”.

O termo continua a ser utilizado de forma esparsa no jornal, ocorrendo em, no máximo, oito páginas por ano (em 1990 e 1993), até 1994, quando a palavra aparece em 23 páginas do jornal, maior registro da década. Naquele ano, seriam realizadas as segundas eleições diretas para a Presidência da República desde a reabertura política, quando Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, venceu no primeiro turno. Lula, do PT, ficou em segundo.

Dentro de nosso recorte temporal (2002-2014), o triênio 2004-2006 caracterizou-se



por uma alta incidência estabilizada do uso do termo nas páginas do jornal. Além disso, constituem os três maiores registros anuais de ocorrência do termo em número de páginas, como mostra a figura a seguir:



O maior registro de páginas com a aparição do termo foi em 2004 (96 páginas), ano marcado pela primeira crise política do governo Lula: o “caso Waldomiro Diniz”, como foi nomeado pela imprensa. Em fevereiro daquele ano, foi divulgada uma fita, gravada em 2002, em que o então subchefe de Assuntos Parlamentares da Presidência da República, Waldomiro Diniz, quando presidente da Loterj (Loteria do Estado do Rio de Janeiro), exigia propina do bicheiro Carlos Augusto Ramos, o “Carlinhos Cachoeira”. A finalidade do dinheiro, segundo a gravação, era financiar campanhas políticas de dois candidatos do PT, Benedita da Silva e Geraldo Magela, e de Rosinha Matheus, à época no PSB. O caso foi investigado na “CPI do Bingos”, e teve ampla repercussão na imprensa.

Em 2005, o termo mantém a alta incidência (82 páginas), e novamente vinculado a um esquema de corrupção. Em maio, uma fita de vídeo é divulgada mostrando um funcionário dos Correios citando um esquema de propinas que teria a anuência do então deputado federal pelo PTB, Roberto Jefferson. Lançado ao centro da cobertura midiática, Jefferson denuncia o que ficou conhecido como “escândalo do Mensalão”. Segundo ele, o Mensalão era a prática do PT de comprar o apoio de deputados da base aliada, mediante desvios de verbas de órgãos públicos.

O Mensalão e seus desdobramentos (“caso do caseiro Francenildo”, CPI dos Correios, etc) continuaram a ser objetos de cobertura midiática em 2006, e o ano registrou o segundo maior número de páginas com ocorrência do termo “petismo” em nosso recorte (88 páginas).

Devemos desnaturalizar o efeito de evidência (ou relação de espelho) das relações texto-contexto – o que é próprio a certa abordagem representacionista. Não são os episódios que provocam a alta ocorrência do termo “petismo”, mas o modo como se atribui sentidos aos acontecimentos históricos e como, aliás, esses se tornam acontecimentos em certa discursividade político-jornalística. Aos poucos, como se verá, a designação “petismo” deixará de ser uma referência a uma suposta simpatia com o PT – como na primeira vez em que o termo aparece na Folha de S. Paulo – para agregar novos sentidos – apagando outros. Desse modo, história e sentido vão constituindo um alinhavo, resultado de um batimento entre estrutura (da língua) e acontecimento, próprio à produção discursiva (PÊCHEUX, 2008). É assim que deve ser lida – considerando a macrotextualidade do arquivo constituído pela Folha – fenômenos como frequência e ocorrência do termo em análise<sup>7</sup>.

A partir de 2006 inicia-se outro fenômeno neste percurso enunciativo. À exceção de 2002, quando o termo não ultrapassava a marca de três ocorrências por mês, em todos os anos de eleições presidenciais de nosso recorte a ocorrência do termo incidia de forma mais concentrada em setembro, mês final da campanha eleitoral de primeiro turno, e outubro, mês das votações de primeiro e segundo turno. No referido ano, cinco páginas continham o termo em agosto, 25 em setembro e 14 em outubro. A incidência demonstrava queda até o fim do ano, com 9 páginas em novembro e três em dezembro. Em 2010, o uso do termo é regular durante todo o ano (embora dramaticamente inferior ao triênio 2004-2006, com 56 páginas) o que sugere que já se estabeleceria como acontecimento semântico na redação do jornal. Ainda assim, é no período das eleições que se concentra a incidência: seis páginas em agosto, seis em setembro, oito em outubro. Por fim, em 2014, o padrão novamente se repete.

### 3.2 AS FAMÍLIAS PARAFRÁSTICAS SOBRE O “PETISMO”

Retomando o postulado da AD de que a “incompletude é a condição da linguagem” (ORLANDI, 2005, p.37), temos que os sujeitos, os sentidos e, conseqüentemente, o discurso, estão em um constante movimento de produção simbólica e de constituição histórica na

---

<sup>7</sup> Portanto, alguns esclarecimentos são necessários. Recorremos ao *acervo* da Folha, com uma pergunta, delimitadora do *corpus*. O que encontramos é um *arquivo*, aqui problematizado discursivamente. Arquivo, portanto, é o registro de uma memória discursiva, que implica em exclusões, deslocamentos metafóricos, paráfrases. Para uma discussão de arquivo em AD, ver “Ler o arquivo hoje”, in Gestos de Leitura: Da história no Discurso (ORLANDI, 1997).

memória do dizer.

O que hoje entende-se por “petismo” é resultado de um contínuo trabalho de significação constituído na tensão entre processos parafrásticos e processos polissêmicos, entre a repetição do mesmo e a emergência do diferente. Os processos parafrásticos...

...são aqueles pelos quais, em todo dizer, há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. A paráfrase representa o retorno aos mesmos espaços do dizer. Produzem-se diferentes formulações do mesmo sedimentado. A paráfrase está do lado da estabilização. (ORLANDI, 2005, p.36).

Enquanto isso, os processos polissêmicos são os fenômenos do equívoco, da ruptura de significações, e a evidência, na linguagem, da multiplicidade de sentidos, que permite o “novo” em meio à memória constituída (ORLANDI, 2005).

Nas séries de deslocamento na rede de sentidos atribuídos ao petismo, identificamos a recorrência de cinco famílias parafrásticas. As que relacionam “petismo” à “criminalidade”, à “fisiologia”, “amoralidade”, “autoritarismo” e “demagogia”. Há que se interpor a observação de que tais separações com base na repetição não são inflexíveis, ocorrendo, inclusive, correlação contextual entre as próprias designações das categorias. Foram utilizadas tais categorias apenas pela aproximação maior de determinados sentidos a uma determinada memória discursiva designada por este processo de catalogação categórica<sup>8</sup>.

### 3.2.1 “PETISMO” E CRIME

Neste bloco de enunciados, analisaremos os efeitos de sentido sob a perspectiva da “modalização como discurso segundo” (AUTHIER-REVUZ, 1999, p.16), daqui por diante, MDS, por via da autonímia, e do seu efeito metaenunciativo de fixação de sentidos a um signo autônomo, no caso, petismo.

A seguir, textos com ocorrência da modalização do dizer de signos (em **negrito**) pela retomada reflexiva de seu comentário (em *itálico*)

#### MODALIZAÇÃO EM DISCURSO SEGUNDO + AUTONÍMIA

**T1** - “O PT é tão podre quanto qualquer um.(...) Apanhado, comprovadamente, em **práticas de 'bandidos'**, *conforme a definição do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos*, companheiro de viagem do lulo-**petismo**, o PT reage, naturalmente,

<sup>8</sup> Admitimos que a noção de categoria não é tão confortável em análise do discurso pois que esta disciplina se debruça sobre a heterogeneidade, mais do que sobre a homogeneidade; sobre o deslocamento, mais do que sobre a repetição. No sentido positivo do termo, “categorias” são enquadramentos que tendem à estabilidade, o que não acontece propriamente com as famílias de paráfrases. O uso aqui, portanto, é apenas aproximado.

como 'bandido'. (Chama o ladrão, 29/10/05)

**T2** - “O PT está fazendo caixa dois também com o idioma. (...) Certamente para dar aos tolos a impressão de que não é '**coisa de bandido**', como o próprio ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, designa o caixa dois. 'Recurso não-contabilizado' também é coisa de bandido. (...) Para quem já se encheu de acompanhar o escândalo e a catarata de mentiras do lulo-**petismo** (...)” (O caixa dois do idioma, 10/02/06)

**T3** - Se Fernando Collor de Mello tivesse feito a metade, só a metade, do que faz o lulo-**petismo** para tentar apagar suas digitais, muito provavelmente teria sobrevivido até o fim no Palácio do Planalto. (...) Repito: esse jogo só os Somozas da vida jogam. (...) O PT, de seu lado, brigou, com a prepotência de costume, não para inocentar-se na CPMI dos Correios, mas para que seus acusados fosse chamados de “bandidos”. Sim, é isso. Queriam limitar os crimes cometidos a caixa dois, que, como disse o próprio ministro da Justiça do PT, é “**coisa de bandido**”. (Volta, Collor – 07/04/06)

**T4** - (...) Maluf, que, *para boa parte do público*, foi o **maior símbolo da corrupção do país**. Como criticá-lo se, mesmo nos seus piores momentos, não foi acusado de constituir um “organização criminosa” para perpetuar-se no poder, ao contrário do que acontece agora com comandantes do lulo-**petismo**? Dessa vez, suspeito que Maluf é que se ofenderia se fosse comparado *ao que o procurador-geral chamou* de “**quadrilha**”. (Os bons companheiros, 20/04/06)

**T5** - O atual presidente, Aldo Rebelo, foi coordenador político do governo Lula enquanto operava uma “**organização criminosa**”, conforme a denúncia do procurador-geral. (...) O primeiro presidente da atual legislatura, João Paulo Cunha, tem sua folha corrida exposta na já citada denúncia do procurador-geral a respeito da “quadrilha”. (...) Foi, de alguma maneira, precursor no comportamento sem vergonha de boa parte do lulo-**petismo**. (Cúmplices, 21/04/06)

**T6** - É o delegado de Ribeirão Preto que pede a prisão de Antônio Palocci, acusando-o, entre outras coisas, de “formação de quadrilha” por conta do episódio chamado “máfia do lixo” (...) O procurador-geral da República foi contido ao falar em “quadrilha” na denúncia contra toda a cúpula do lulo-**petismo**. (Quadrilha é pouco, 20/09/06)

**T7** - Nem Lula, sempre disposto a afagar os seus, mesmo aqueles que cometem crimes, aguentou o tranco. (...) A queda de Berzoini atinge o terceiro presidente consecutivo do PT, depois de José Dirceu e José Genoíno, todos também baleados pela onda de escândalos em que se especializou o lulo-**petismo**. (...) Depois, tem petista que reclama quando o procurador-geral batiza a cúpula do PT de “organização criminosa”. É pouco, conforme se vê, dia após dia. (Pior que república bananeira, 21/09/06) MDS com autonomia

**T8** - Depois, no entanto, que sua própria cúpula se tornou *o que o procurador-geral da República chama* de “**organização criminosa**”, o **petismo** adere quase em massa à nova aventura de Calheiros. (Haja estômago, 20/09/07)

**T9** - Sempre que há alguma acusação contra funcionários do governo e/ou do partido, a reação do lulo-**petismo** não é dizer-se inocente, mas contra-atacar acusando os outros. Típica dessa cultura foi a reação de Lula ao mensalão, ao dizer que “o PT fez o que todo mundo faz”. Nenhuma palavra para condenar o que todo mundo faz, que, no caso, é caixa dois, “**coisa de bandido**”, segundo o então ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos. (“Conspiracionismo”, 10/03/08)

**T10** - Todo mundo sabia que a única conspiração era a dos fatos, tanto que o presidente se viu forçado a pedir publicamente desculpas, além de alegar que o PT fez “o que todo mundo faz”, aludindo a um suposto caixa dois, que, de todo modo, “é **coisa de bandido**”, conforme afirmou à época o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos. O que espanta no caso do Vaticano, é que havia alguma “rationale” no lulo-**petismo** (Assim na Terra como no céu, 27/03/10)

**T11**- O foco, a meu ver, foi a frase “Lula e o lulo-**petismo** (...) apadrinharam malfétores”. (...) Circunscrever o mensalão a caixa dois não teve aval do então procurador-geral, que acusou um lote de petistas graúdos de, entre outros crimes, “formação de quadrilha”. (...) Mesmo que tivesse sido apenas caixa dois, resta o fato de que “caixa dois é **coisa de bandido**”, frase de ninguém menos que Márcio Thomaz Bastos, então ministro da Justiça. (...) A frase de Lula, aceitando que o PT fez *o que seu ministro disse ser* “**coisa de bandido**”, equivale a apadrinhar

malfeitores, como escreveu Vinicius. (Gênese da delinquência, 09/09/10)

**T12** - Trata-se de um crime confessado. (...) O que é caixa 2? “**Coisa de bandido**”, *definição não da mídia, mas do ministro da Justiça de Lula*, o respeitado Márcio Thomaz Bastos. Qual é o lugar de bandido? A cadeia. (...) O “pensamento conservador” está muitíssimo bem representado no lulo-**petismo** (Disparando sobre o mensageiro, 26/06/14) outro discurso, não dito

Em todos os textos selecionados neste grupo, o discurso, em algum ponto, é interrompido, e abre-se para um comentário dentro do próprio enunciado. Ao campo de estudos dessa retomada reflexiva, isto é, a “modalização autonímica” da enunciação atravessada por sua auto-representação opacificante” (AUTHIER-REVUZ, 1998, p.14), Authier-Revuz chamou de “não-coincidências do dizer”, categorizadas em quatro manifestações: a não-coincidência interlocutiva, a não-coincidência entre as palavras e as coisas, a não-coincidência das palavras consigo mesmas e a não-coincidência do discurso consigo mesmo. (AUTHIER-REVUZ, 1998).

Faz-se necessário pontuar a balizagem teórica deste campo, segundo Authier-Revuz fundamentado na noção de “sujeito-efeito”, “aquele assujeitado ao inconsciente, da psicanálise, ou o das teorias do discurso que postulam a determinação em um sentido não individual”, em oposição ao “sujeito-origem” (AUTHIER-REVUZ, 1998, p.16); no interdiscurso de Pêcheux e na teoria do sujeito de Lacan, dialeticamente formado pela relação da linguagem e do inconsciente e pelo imaginário. Authier-Revuz escreve:

Apoiamo-nos em exteriores teóricos que destituem o sujeito do domínio de seu dizer – assim a teoria do discurso e do interdiscurso como lugar de constituição de um sentido que escapa à intencionalidade do sujeito, desenvolvida por M. Pêcheux; e, de modo central, a teoria elaborada por Lacan, de um sujeito produzido pela linguagem como estruturalmente clivado pelo inconsciente -, consideramos que o dizer não poderia ser transparente ao enunciator, ao qual ele escapa, irrepresentável, em sua dupla determinação pelo inconsciente e pelo interdiscurso: nesse caso, impor-se-á a necessidade de repensar – de modo diferente do que um simples reflexo – o estatuto dos fatos, observáveis, da auto-representação. (AUTHIER-REVUZ, 1998, p.17)

Na análise dos enunciados deste grupo, nos deteremos na última representação citada acima, a não-coincidência do discurso consigo mesmo, da qual faz parte a MDS por via da autonomia. Essa não-coincidência, ou “alteridade”, (AUTHIER-REVUZ, 1999, p.9) apoia-se na proposta da heterogeneidade constitutiva, ou dialogismo, do discurso, proposta por Bahktin. Segundo Authier-Revuz, a não-coincidência do discurso consigo mesmo...

...é colocada como constitutiva, em referência ao dialogismo bahktiniano – considerando que é toda palavra que, por se produzir no “meio” do já-dito dos outros discursos, é habitada pelo discurso outro – à teorização do interdiscurso, em análise

de discurso, que remete o “eu falo” aqui e agora ao “algo fala em outro lugar, antes e independentemente” (M. Pêcheux), e atinge, no plano do sujeito, o que M. Schneider chama “a não-propriedade fundamental da linguagem”. Assinalando entre suas palavras a presença estranha de palavras marcadas como pertencendo a um outro discurso, um discurso esboça em si o traçado – assinalando uma “interdiscursividade representada” - de uma fronteira interior/exterior. (AUTHIER-REVUZ, 1998, p.22)

O lugar de análise dos efeitos de sentido sobre o Partidos dos Trabalhadores nos enunciados citados se dará na modalização autonímica, este “desdobramento reflexivo” de um elemento de uma cadeia, “acumulando uso e menção”. (AUTHIER-REVUZ, 1999). Como veremos, as formas de M.A. que constituem a não-coincidência do discurso consigo mesmo, informalmente “discurso segundo”, e, por consequência, como parte da “representação do discurso outro”, daqui por diante R.D.A. (ou discurso relatado), são variadas, e seu aparecimento pode ser explícito (no campo da sintaxe) ou implícitos (semanticamente).

Dito isto, passa a ser fundamental o caráter opacificante das auto-representações. No campo metalinguístico, a M.A. decorre do conceito semiótico de conotação autonímica de J. Rey-Debove, definida como “um acúmulo hierarquizado das duas semióticas, a denotativa remetendo ao mundo e a metalinguística remetendo ao signo por um autônimo” (AUTHIER-REVUZ, 1999, p.8). Quanto à relação de opacificação estudada no campo da metalinguística, Authier-Revuz, define:

opacificação (vs. transparência) do fragmento auto-representado do dizer, isto é, aquele que coloca em jogo na representação, pela via “da autonomia”, a forma significante do dizer (...) e não apenas seu conteúdo; esta distinção se apoia de um modo geral na descrição sintático-semiótica da autonomia desenvolvida por J. Rey-Debove e na estrutura de “acúmulo semiótico” - que denota a coisa e conota a palavra – da conotação autonímica, de onde provém a noção de modalização autonímica via uma redefinição (que opera, entre outros, um deslocamento para um ponto de vista enunciativo) como modo dizer. (AUTHIER-REVUZ, 1998, p.15)<sup>9</sup>

São esses deslocamentos, e os efeitos semântico-discursivos das M.A. que nos interessam nos enunciados elencados. Diferentes de um modo de dizer simples, onde um signo, em seu desaparecimento no fio do discurso dá conta de preencher o(s) sentido(s) de seu

---

9 Há um fundo teórico-conceitual que é preciso ser entendido com relação às posições de Authier-Revuz. Na origem da sua argumentação está uma crítica a Michel Pêcheux, na sua formulação sobre os dois mecanismos elementares da ideologia: o esquecimento de sujeito (número 1), que imaginariamente o leva a se colocar como origem do dizer/ e esquecimento de sentido (número 2), que tem como resultado a ilusão referencial, ou de evidência. Para Pêcheux, ambos os processos são inconscientes. É justamente sobre o segundo esquecimento que autora vai fundamentar sua contra-argumentação. Ela diz que o efeito de evidência (a relação de isonomia entre pensamento-palavra-mundo), só é relativamente inconsciente. E aponta nas incisivas, medidas corretoras ou modalizadoras do dizer, a evidência de que o sujeito naturaliza, mas nem tanto. Esse processo se dá justamente pela antecipação do outro, do efeito dialógico. Não se deve confundir, no entanto, a abordagem de Authier-Revuz com qualquer refluxo na consideração entre linguagem e inconsciente, no sentido de retomar uma abordagem “liberal” da relação entre sujeito e discurso (muito própria a teorias cognitivas!). A teoria dos esquecimentos em Pêcheux pode ser mais bem compreendida em PÊCHEUX, 1988.

referente, aqui, o desdobramento reflexivo indica uma “falha” no dizer, onde a presença do signo autônomo intervém para fixar um sentido.

Temos aqui uma operação discursiva, onde, ao passo que o enunciador tenta estabelecer um sentido fixo ao signo, o mero ato indica a heterogeneidade constitutiva da enunciação. É nesse paradoxo, “a tensão entre o um e o não-um”, que aparece a reflexividade opacificante. Authier-Revuz explica que essas glosas (comentários) metaenunciativas são muito mais que um mero “ornamento”:

“(…) lá onde o lapso, por exemplo, faz furo de não-um no tecido do dizer, lá onde, ao contrário, em um discurso enunciado sem choque e sob um modo padrão (sem opacificação), é de forma não-visível que jogam as distâncias das não-coincidências onde o discurso se constitui, na superfície aparentemente unida que ele desenrola e que é aquela em que, de fato, da mais cerrada das redes de “costuras” ou de colagens invisíveis, a modalidade autonímica – sobre a qual no plano formal tem se destacado o caráter de “ruptura ligada” - aparece, ela, nesse jogo de um que “junta” e de não-um que “esgarça”, como um modo de costura aparente, que ressalta em um mesmo movimento a falha da não-co incidência enunciativa (contrariamente ao modo da superfície una), e sua sutura metaenunciativa (contrariamente ao modo da ruptura “bruta” do lapso).” (AUTHIER-REVUZ, 1998, p.27)

A ocorrência da modalização autonímica atesta, afinal, o não-um do sentido na realidade enunciativa. Fazendo uso de um comentário sobre seu próprio dizer, o enunciador “dá testemunho da potencialidade de um sentido outro que ele 'encontra', não 'na língua', mas nas palavras aqui e agora, em contexto, e do qual deve proteger ativamente seu dizer” (AUTHIER-REVUZ, 1998, p.31)

Em T1, T2, T3, T9, T10, T11 e T12, o enunciador se apropria de um discurso exterior, nesse caso de Márcio Thomaz Bastos, designado como “ministro da Justiça” e, em T1, referenciado com a anáfora “companheiro de viagem do lulo-petismo”; em T11 como “seu (de Lula) ministro da Justiça”; e em T12 como “ministro da Justiça de Lula” e “respeitado”. Em um primeiro plano de interpretação, a apropriação de um discurso exterior, com utilização do operadores “conforme”, “segundo” ou “como disse”, apontaria para um distanciamento entre o enunciador e o enunciado. O que isso equivale no plano enunciativo, no entanto, é um sinal explícito, do enunciador, do atravessamento de seu discurso por um discurso outro. Considerando as relações de força e de sentido (ORLANDI, 2005), o lugar empírico de Márcio Thomaz Bastos (ministro da Justiça) confere autoridade a seu discurso, fazendo-o significar mais que outros, ao mesmo tempo que, no campo semântico, sua posição discursiva (“respeitado” e “companheiro de viagem do lulo-petismo” e “ministro de Lula”) funciona como um atestado de culpa do partido. Ao leitor, a figura de um “petista” reconhecendo “petistas” como “bandidos” tem forte valor simbólico. É como se no imaginário popular sobre

o campo político, esperar-se-ia tal atitude de um opositor, não de um partidário ou membro do próprio governo do PT.

O recurso da autoridade conferida ao exterior discursivo também ocorre em T4, T5, T6, T7, T8. Dessa vez, o discurso do procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza. Nesses exemplos, apenas o cargo, denotando seu lugar empírico, é citado. Tal utilização implica na univocidade de sua posição discursiva. Ao autor do discurso exterior é conferida uma autoridade, imparcialidade e compromisso ético que o cargo de procurador-geral da República requer. Aqui, ele representa “a Lei”, ou, em um menor grau simbólico, mas mais específico, a expertise do procedimento acusatório.

Considerando a variedade de práticas envolvidas no “Mensalão”, como o “caixa dois”, e a própria fórmula discursiva que envolve essa nominalização, é a palavra exterior, da autoridade em acusação, que vai “traduzir” o que se passou, que vai tentar fixar o sentido e impor uma estabilização.

Em nosso primeiro subconjunto (T1, T2, T3, T9, T10, T11 e T12), temos a modalização do discurso segundo operando para fixar, explicitamente, um sentido a um elemento do dizer (AUTHIER-REVUZ, 1998). No campo interpretativo, podemos assinalar que os signos – “práticas” em T1 e “caixa dois” em T2, T3, T9, T10, T11 e T12 - aos quais os elementos do dizer desdobrados pela modalização autonímica - “bandidos” em T1, “coisa de bandido” em T2, T3, T9, T10, T11 e T12 - se referem, a práticas do PT. Estabelece-se, então, uma operação “de fixação da mobilidade potencial do sentido de uma unidade do dizer”, isto é, o “esforço” de especificar, através do comentário, o sentido dos signos desdobrados (AUTHIER-REVUZ, 1998).

No segundo subconjunto (T4, T5, T6, T7, T8), podemos tratar da designação “quadrilha” e “organização criminosa”. A designação é utilizada aqui como um processo histórico de nomeação de um objeto e, conseqüentemente, como constituição de sentido a partir do confronto de diversos discursos (GUIMARÃES, 2002). Nos fragmentos de texto, as designações “quadrilha” e “organização criminosa” nomeiam, explicitamente, “os comandantes do lulo-petismo” em T4, “toda a cúpula do lulo-petismo” em T6, a “cúpula do PT” em T7, “sua [do petismo] própria cúpula” em T8 e, interpretativamente, a coordenação política do Governo Lula em T5.

Ao estabelecer esta série de nomeações, as colunas circunscrevem o objeto das designações em um processo de reescrituração (GUIMARÃES, 2002) através da sinonímia, quando “quadrilha” e “organização criminosa”, ao se referirem ao partido e/ou seus membros, passam, em um recorte temporal, a participar da significação do objeto. Vejamos outro



exemplo:

**T13** - A Máfia é uma organização criminosa privada que busca se apoderar do Estado, infiltrando-se na política, na polícia e na Justiça. (...) No Brasil, assistimos a algo um pouquinho diferente. (...) É claro que me refiro ao PT. (O PT e a máfia, 21/11/14)

Este é um exemplo da inscrição do petismo em uma série de referenciais negativos do contexto da criminalidade, composto por uma narrativa estruturalizante e pela marca da definição (*x é xi*). Dessa maneira, constitui-se uma designação que, neste caso, será resgatada posteriormente. Essa forma remissiva nominal tem um caráter importante na construção do texto e da argumentação. Elas mostram que enunciador está passando a um segundo estágio de sua argumentação com um fechamento nominal da formulação anterior (KOCH, 2014). Assim, a construção do referencial sobre a nominalização “Máfia” é preservada e, posteriormente, realocada no quadro referencial sobre o “petismo”, quando se dá o efeito metafórico (ORLANDI, 2005) e a transferência de sentidos.

É o que também ocorre em T4, T5, T6, T7, T8: um deslizamento de sentidos, de “partido político”, no sentido formal, para “quadrilha” ou “organização criminosa”. No período ao qual esse subconjunto de fragmentos se refere, entre meados de 2006 e final de 2007, a recorrência de uma estrutura semântica que relaciona diretamente “PT” e “crime” e reescritura seus personagens, em uma estrutura temporal, através das designações, indica um deslocamento definitivo de sentido, para que ocorra uma estabilização no futuro. À relação da temporalidade com a significação, Guimarães define:

De um lado ela se configura por um presente que abre em si uma latência de futuro, sem a qual não há acontecimento de linguagem, sem a qual nada é significado, pois sem ela (a latência de futuro) nada há aí de projeção, de interpretável. O acontecimento tem como seu um depois incontornável e próprio do dizer. Todo acontecimento de linguagem significa porque projeta em si mesmo um futuro. Por outro lado este presente e futuro próprios do acontecimento funcionam por um passado que os faz significar. Ou seja, esta latência de futuro, que, no acontecimento, projeta sentido, significa porque o acontecimento recorta um passado como memorável. (GUIMARÃES, 2002, p. 12)

A questão da designação do elemento “caixa dois” nos diversos textos serve-nos melhor ainda como exemplo de um acontecimento enunciativo. Isto porque, na data das enunciações, e ainda hoje, não existe a tipificação na lei penal brasileira de “caixa dois” em campanhas eleitorais. Sua interpretação jurídica ocorre por analogia a outros delitos, como tributários ou contra a ordem financeira. Em outras palavras, no arcabouço jurídico brasileiro, o signo “caixa dois” ainda não foi formalmente atribuído a nenhuma prática. Daí vemos a

“disputa” pelos sentidos de um elemento do dizer sem uma designação formal na realidade. Percebe-se nas colunas da Folha de São Paulo explicitadas acima, uma “batalha” pela fixação dos sentidos referentes a “caixa dois”, no caso, “coisa de bandido”.

T12, por exemplo, onde acontece a designação caixa dois - coisa de bandido, o discurso se materializa em um dizer muito similar à de um discurso pedagógico (“O que é caixa 2? Coisa de bandido”). Segundo Nilson Lage, no discurso didático “predomina a metalinguagem, ie. a explicação ou definição de um item léxico por outro”. (LAGE, Nilson, 1986, p.40).

Em sua tese sobre as práticas discursivas da imprensa acerca do Partido Comunista Brasileiro, Mariani ressalta a semelhança entre o discurso pedagógico de caráter autoritário e o discurso jornalístico. No estudo do funcionamento do discurso, o discurso autoritário é aquele em que “a polissemia é contida” (ORLANDI, 2005, p. 86).

Fazendo crer que apresenta os fatos tais como são, com uma linguagem isenta de subjetividades, o discurso jornalístico atua à semelhança de um discurso pedagógico em sua forma mais autoritária. Se no discurso pedagógico autoritário cabe ao professor fazer a mediação entre o saber científico e os aprendizes de tal modo que, com base em citações de autoridade e afirmações categóricas (dentre outras estratégias), os alunos se veem diante de verdades incontornáveis - no professor está a verdade - sentindo-se, portanto, tolhidos a qualquer questionamento, no discurso jornalístico, mascara-se um apagamento da interpretação em nome de fatos que falam por si. Trata-se de imprimir a imagem de uma atividade enunciativa que apenas mediatizaria - ou falaria *sobre* da forma mais literal possível um mundo objetivo. Nesse sentido, entendemos que o didatismo, mais do que 'fraturar' a informatividade dos relatos, atua na direção de reforçar - enquanto explicação do mundo - a ilusão de objetividade jornalística. (MARIANI, 1986, p. 65)

O fato discursivo sobre o “caixa 2” e a disputa de sentidos de diferentes atores se materializa no exemplo a seguir, assim como em T2:

**T14** - “(...) a grande bandeira do governo Lula/PT será o caixa dois. (...) O grande mérito do lulo-**petismo** é tê-lo transformado em 'cult', quase charmoso. (...) É verdade que um companheiro de viagem com a bagagem jurídica de um Márcio Thomaz Bastos ensina que caixa dois é coisa de 'bandido'. Mas o PT e o governo não se incomodam nada com o banditismo associado ao caixa dois. (...) E exigem que se diga não que são inocentes e puros (o que seria impossível ante tudo o que já se comprovou), mas que são iguais aos outros no uso de “dinheiro não-contabilizado” (bandido fino não fala palavrão, como caixa dois, não é, Dr. Márcio?).” (Bandeira 2, 21/10/05)

Os efeitos de deslizamentos metafóricos são numerosos: “grande bandeira”, “bandido”, “banditismo”. Mas, o que nos interessa perceber aqui é exatamente a polifonia, ou heterogeneidade, evidente neste texto, que materializa a disputa pelo sentido de “caixa dois” onde se confrontam o dizer do enunciador, que o designa como “coisa de bandido”, e de uma

voz, provavelmente oficialista do partido, que defende o dizer de “dinheiro não-contabilizado”, expressão mais amena e de menor valor simbólica negativo.

Tomando toda esta história de uma designação, nos emerge outro processo discursivo que participa desta estabilização de sentido, a repetição empírica ou mnemônica (ORLANDI, 2005). Conforme estabelece a AD, existem injunções que bloqueiam o movimento significante, onde o sentido “é pego pelos lugares (dizeres) já estabelecidos, num imaginário em que sua memória não reverbera” (ORLANDI, 2005, p.54)

Esta estabilização ocorre na ordem da constituição interdiscursiva, ou seja, na historicidade do elemento do dizer e na formação da memória discursiva. A repetição empírica ou mnemônica é um dos processos de estabilização. Segundo Orlandi, essa é a repetição “do efeito papagaio, só repete”. É o que podemos evidenciar em todos os excertos exemplificados até aqui neste sub-item no que tange as designações e as nomeações (coisa de bandido, quadrilha, organização criminosa)

É nessa relação de forças e sentidos constituídos historicamente, na ocorrência de paráfrases, que se dá a atualização da memória discursiva, subsidiadas pela polissemia (ORLANDI, 2005). O deslizamento de sentidos sobre o “petismo” pode ser percebido, ainda, a partir de operações de comparação retórica e alusão a sentidos de uma memória discursiva.

Em T3 temos a ocorrência de várias figuras de linguagem e retórica cuja operação produz sentidos acerca do “petismo”. Primeiramente, a metáfora “apagar as digitais” circunscreve a prática do partido em um contexto de criminalidade, de um banditismo que procura apagar seus rastros e sair impune. É uma figura de linguagem típica da literatura do crime. A figura da retórica de comparação também opera neste fragmento, ao atestar que Fernando Collor precisaria de metade das práticas petistas para se manter no poder e se safar das denúncias de corrupção e do processo de *impeachment*. O enunciado desdobra-se na seguinte suposição: *Collor caiu porque não soube apagar os rastros como o PT. Logo, o PT rouba mais que Collor, mas sabe apagar seus rastros.*

Ainda em T3, temos o “petismo” participando de uma atualização da memória discursiva de personagens, indubitavelmente, ligados a um imaginário negativo. Neste exemplo, os “petistas” são associados, em nível retórico de comparação, além de Collor, aos Somozas, influente família que dominou ditatorialmente a Nicarágua de 1937 a 1979, se aproveitando do aparato estatal para aumentar sua riqueza pessoal. Faz-se necessário pontuar aqui que, para que a alusão aos Somozas faça sentido, o leitor deve deter um determinado conhecimento histórico. Este é o efeito-leitor (ORLANDI, 2005) projetado pelo autor do texto.

Este processo discursivo pode ser observado a seguir

**T15** - Sou obrigado a admitir que dá uma baita tristeza ter sido antes e ser agora testemunha ocular de que cabe um paralelismo entre Berlusconi, justamente Berlusconi, e o **petismo**. (“Mídia Golpista” à italiana, 10/07/09)

A aparição, neste enunciado, do modalizador “sou obrigado a admitir”, enquanto um modalizador atenuador (KOCH, 2014), constitui-se, também, como um modalizador de caráter deôntico, ao atribuir um auto grau de imperatividade ao conteúdo de sua proposição (KOCH, 2014). Em termos interpretativos, o que depreende-se é como as circunstâncias, segundo a argumentação, direciona a essa inescapável conclusão: o petismo e Berlusconi têm algo em comum.

O mesmo recurso de alusão e comparação ocorre em T4, mas desta vez, o próprio texto dá conta da interpretação simbólica do personagem: Paulo Maluf, “o maior símbolo de corrupção do país”. Neste fragmento, o enunciador atesta, ainda, o empréstimo de um discurso exterior, com a M.A. “para boa parte do público”. Como já vimos, esses marcadores de distância nem sempre são garantias de distância entre enunciadores. Este caso é indicativo disso: o efeito tomado de empréstimo da memória discursiva, “símbolo de corrupção”, é o significado pretendido na cadeia retórica que se dará a seguir. A comparação, mais uma vez, como em T3, é o parâmetro para posicionar o “petismo”, em uma formação imaginária, como “pior que Maluf” no quesito corrupção.

A tomada dos títulos das colunas analisadas neste sub-item surgem como evidência da constituição de uma família parafrástica relacionando PT e “crime” no período recortado. Tomemos como amostras T1, T5, T6, T9 e T11, cujos títulos são, respectivamente, “Chama o ladrão”, “Cúmplices”, “Quadrilha é pouco”, “Conspiracionismo” e “Gênese da delinquência”.

### 3.2.2 PETISMO E DEMAGOGIA

Os enunciados envolvendo a designação (GUIMARÃES, 2002) “petismo” numa referência a um suposto contexto de demagogia, mentiras e mudanças ideológicas para determinados fins não acompanhou a história do partido. Ele começa a surgir com a ascensão do partido ao poder.

Nos três exemplos a seguir veremos nos enunciados, em itálico, um indício para lugares de insinuação que começam a circular, mas ainda como uma hipótese, de que o petismo era algo antes, tornando-se algo diferente depois, no poder:

**T16** - Em síntese, pode-se dizer que *o manifesto “Resgate do PT” torna claramente*

*pública a existência sem coexistência do petismo sólido no seu idealismo e do petismo que, à sua maneira dos líquidos, adapta-se às formas a ele externas, desenhadas pelo convencionalismo conservador. (Sólidos e líquidos – 02/09/03)*

**T17** - *No poder, a natureza do petismo-lulismo desabrochou. Mas desde sempre ela esteve incubada no íntimo do partido. A incorporação petista ao establishment foi um processo real, não só ideológico, oportunista, etc. (PT, adeus – 29/12/03)*

No primeiro enunciado, em T16, surge uma espécie de “constatação”: a de que existem dois tipos de petismo, aquele fiel às suas origens e aquele que faz concessões em detrimento do ideário. O termo “resgate” exemplifica bem a “batalha” que as duas frentes, ou facções, propostas pelo enunciado, devem travar.

É importante ressaltar um pressuposto materializado na argumentação: só há espaço para uma destas posições, ou sobrevive o petismo “sólido” ou o “líquido”. Esta construção, com aparências de uma proposição, produz uma locução de caráter axiomático: “existência sem coexistência”, não há outra saída. O pressuposto de que as únicas opções à disposição de um partido sejam ou manter-se totalmente inflexível em seu idealismo, “sólido”, ou tornar-se um grupo meramente moldável por outros atores políticos (neste caso, o convencionalismo conservador) nos leva a um desenrolar, no contexto político, de caminhos impraticáveis. As negociações, as concessões e as alianças fazem parte do jogo político. Estabelece-se uma posição onde não há solução possível no “mundo real”, apenas no plano das ideias. Como veremos mais adiante, o PT passará a encarar até os dias atuais um discurso de “prestação de contas” com seu passado.

Passemos ao segundo enunciado, em T17. Nele, surge uma outra construção: a verdadeira face do partido, sua “natureza” revelou-se no poder, “desabrochou”. Já há um deslocamento no sentido de que *não, não havia dois tipos de petismo. Este é o petismo. A argumentação elimina a opção de uma dualidade ou de outros caracteres. O seguimento da locução, no entanto, estabelece um paradoxo. Se esta face, a do “establishment”, é a natural, incubada no íntimo do partido, como houve um “processo” de “incorporação”? O sentido de “um agora” em oposição a “um outro antes” ainda esta presente neste fragmento, à revelia das marcas do dizer.*

Esta análise da estrutura do dizer, como procederemos a seguir, é necessária para entender como a materialidade linguística faz sentido, ou seja, significa no enunciado, pela relação que têm com o acontecimento em que funcionam. Reiteramos que não é um exercício de extrair um significado próprio da expressão, mas entender como ela funciona no arranjo mais global, em sua relação com o contexto (as sequências textuais) e com o cenário que vai se constituindo entre historicidade e discursividade. Como pontua Guimarães, é no acontecimento do dizer que se dá o sentido da linguagem:

considerar o processo no qual uma forma constitui o sentido de um enunciado é considerar em que esta forma funciona num enunciado, enquanto enunciado de um texto. Ou seja, não há como considerar que uma forma funciona em um enunciado sem considerar que ela funciona num texto, e em que medida ela é constitutiva do sentido do texto. (GUIMARÃES, 2002, p.7)

A narrativa da mudança ideológica ganharia força nos próximos anos. Desta vez, sob a ótica de uma migração no espectro político, da esquerda para posições conservadoras.

**T18** - Durante 20 anos, o **petismo-lulismo** sequestrou o lugar e a imagem da esquerda brasileira. No ano passado, matou o lugar e a imagem da esquerda. (...) Qual a importância do apocalipse do **petismo-lulismo**, que revelou e desnudou velhas ilusões de intelectuais, quejando e militantes ditos de esquerda? O PT trocou de roupa ideológica em público, sem pudor. (O PT e o futuro de uma desilusão - 02/01/04)

**T19** - Tão rápido quanto o mercado mudou de opinião sobre o **petismo-lulismo**, tão rápido quando o **petismo-lulismo** passou do *besteirol* esquerdoide para o *besteirol* dos banqueiros(...) (Chauí, musa do curto verão petista – 23/02/04)

Em meados de 2004, nas colunas da Folha de São Paulo, já há uma relação semântica implicativa entre PT e demagogia. No enunciado destacado em T18, observa-se uma formação ideológica na ordem do discurso através de elementos da superfície textual. Os “intelectuais, quejandos e militantes” não são de esquerda, são “ditos” de esquerda, ou seja, a enunciação não os reconhece como integrantes dessas posições políticas. Se eles não são de esquerda, apesar de dizerem que são, são cínicos ou ingênuos. Talvez a segunda hipótese seja a mais aproximada, dado a argumentação das “velhas ilusões” desnudadas.

Já o partido não. O partido mudou ideologicamente “sem pudor”, inescrupulosamente. Além da argumentação, os predicativos estabelecidos nos verbos “sequestrou” e “matou” mobiliza um imaginário ligado à memória da criminalidade. A linguagem deste contexto constitui um forte valor simbólico negativo.

No enunciado selecionado em T19, do mesmo período, a mudança já surge como constatação, e começa circular a hipótese jornalística de que não foi um processo. O PT, antes do poder, pregava ideologias com objetivo de chegar no poder. A rapidez com que o partido passou de um posicionamento a outro é “prova” disso, e este efeito é acentuado pela figura de linguagem da repetição do conector “tão rápido” (polissíndeto). A forma pejorativa com a qual o posicionamento é qualificado (*besteirol*) reforça o tom negativo da enunciação.

Para que um discurso ou uma ação seja considerada demagógica, é necessário que o autor tenha consciência de que não é “verdade”. Na política, é preciso que o demagogo, para se constituir como tal, minta propositadamente. É para este deslocamento que apontam os próximos enunciados:

**T20** - Mudanças, só cosméticas. *O lulismo-petismo apenas passa batom na sua miséria intelectual e política.* (Lula, marquetagem e história – 07/04/04)

**T21** - [Parece] Que *os últimos iludidos pela mentira do petismo-lulismo*, os servidores, resolveram “infernizar” (Ilusões de ótica – 26/04/04)

**T22** - A ira do governo e da cúpula petista, portanto, não se alimenta de princípios. Começa no compreensível incômodo de se ver como *alvo de acusações semelhantes às que que o petismo tanto fez* (O avesso da CPI – 10/08/04)

O fragmento T20 é de forte constituição de efeitos metafóricos. “Cosmético” se refere a produtos destinados a melhorar a aparência de alguém. Não alteram, essencialmente, nada, apenas “maquiam”, para usar um termo da mesma constituição imaginária. Logo, pouco importa ao petismo consertar ou olhar seus vícios, “apenas” (outro marcador de exclusão e, portanto, de formação ideológica) escondê-los, mascará-los.

O enunciado presente em T21 é um dos momentos em que a formação ideológica “vaza” à superfície linguística. A anáfora dos servidores “os últimos iludidos pela mentira do petismo” permite a seguinte construção: *apenas os servidores acreditavam no petismo. Agora, ninguém mais se ilude com suas mentiras. Logo, os apoiadores*, (como podemos supor que existam), *são tão cínicos quanto os demagogos*.

Essa é apenas uma das construções lógicas que podemos supor. Há também que se considerar outra proposição, em que os apoiadores, ou militantes, gozam, no sentido psicanalítico, com a dominação ideológica, em uma espécie de perversão do impulso pela liberdade. Em seu documentário *The Pervert's Guide to Ideology*, Zizek aponta que sair de uma construção ideológica é um processo doloroso. Explica que a recusa da liberdade, muitas vezes, advém de consciência de que a verdade pode ser dolorosa, por isso a resistência. Em uma descrição do processo violento da transição entre dominação e liberdade, tomando histórias cinematográficas como exemplo, Zizek pontua:

A tarefa sempre é salvar a quem consideram a vítima. Mas o que realmente impulsiona a violência do herói é a profunda suspeita de que a vítima não é simplesmente uma vítima. De que a vítima, efetivamente num modo perverso, goza ou participa do que parece ser a sua vitimização. Então, para simplificar, ela não quer ser redimida, ela resiste. (THE Pervert's Guide to Ideology, 2012)

Logo, duas construções simbólicas acerca da “militância petista” vão surgir. Aqueles que não sabem o que fazem, mas mesmo assim fazem, e aqueles que sabem exatamente o que fazem, mas mesmo assim o fazem, isto é, o ingênuo e o cínico. O enunciado de T22 surge como a “prova” da hipótese do cinismo do PT. Acusa-se o que se faz.

Ainda que começamos a observar um processo parafrástico, de repetição e ocorrência de alguns sentidos, ainda não se deu a constituição histórica do sentido analisado sob a

designação de um petismo demagogo. O que se evidencia é um processo de deslizamento, mas que ainda não se estabilizou. Entre paráfrases e polissemias, seguem alguns enunciados que ilustram a “batalha” de sentidos sobre o petismo no mesmo intervalo temporal.

**T23** - (...) tucanos e pefelês ainda não sabem nem com o quê fazer oposição, à diferença do **petismo-lulismo**, esse prodígio transformista (PT, Serra e tédio político – 13/09/04)

**T24** - *Ao assumir o governo, a cúpula do PT pôs em prática, sem nenhum tipo de consulta ou outra consideração ao corpo partidário, um conjunto de políticas que renegam o próprio petismo.* Ao primeiro sinal de fidelidade às ideias e à história partidária, a cúpula organizou a imediata condenação à pena capital na política – a expulsão. (Os aniversariantes - 10/02/05)

**T25** - Para evitar casos semelhantes, o Grupo Desengavetador do **Petismo** deveria estimular os comissários a esvaziar as gavetas onde jogaram as reivindicações dos movimentos sociais que fizeram do PT o PT (O PT tem concerto. Chama-se PT – 20/02/05)

T23 já demonstra que, se não “demagógico”, a estabilização de sentidos ocorre em torno de uma formação imaginária de mudança, uma característica similar ao petismo, o “prodígio transformista”. A questão da mudança conforme a situação assume um viés de pragmatismo, principalmente eleitoral, pois incapacita seus adversários políticos, de forma que o enunciado propõe ser impossível ser contra algo indefinido. A relação de oposição que o enunciado realiza entre o petismo e seus adversários políticos sugere que estes, (“à diferença do petismo”), não agem da mesma maneira, são “sólidos”.

Em T24 e T25, aparece o equívoco. O efeito de sentido produzido para “petismo” é similar ao do fragmento T16, de algo composto por um ideário. Assim como em T17, volta a narrativa que conota a mudança com o poder. O enunciado de T24 apresenta em oposição duas forças: “a cúpula do PT” e o “petismo”. Temos a repetição da narrativa de T16, o conflito entre um grupo e a militância e história do partido, grupo este que subverte tal ideário, o “petismo”. A “constatação” da mudança começa a ser elevada ao status de verdade, muito embora ocorra um efeito do equívoco, da polissemia, (ORLANDI, 2005) no sentido de “petismo”, que desloca-se para um significado de valores caros e dignos da história partidária e dos movimentos de esquerda. Neste sentido, “petismo” é tudo aquilo contrário às práticas condenáveis do partido nos anos em que ficou no poder.

No caso de T25, assim como em T24, materializa-se um discurso com marcas de agendamento semântico-discursivo (ALVES, 2007). Em meio à sua primeira crise ética e política, o PT e sua principal figura, Lula, protagonizavam um “debate” público-midiático acerca do discurso a ser institucionalizado pelo partido. Primeiro a negação, depois a assunção de práticas e, por fim, mais tarde, a autocrítica. T24 e T25 operam no sentido de condenar as ações, assumindo o discurso da mudança de rumos do partido no poder. Essa hipótese começa



a tomar um direcionamento de estabilização, ao passo que a significação para “petismo” representa um deslocamento de sentidos observados até aqui.

Decerto, esses pequenos deslizamentos hipotéticos, de um petismo “ideal” e um petismo “demagógico”, vão desaparecendo das páginas do jornal. A narrativa que começa a ser estabelecida é a segunda. Notemos a evolução semântica entre os sentidos de erros-mudanças-mentiras-hipocrisia.

**T26** - A isso o **petismo**-lulismo somou o descaramento político e ideológico, o à vontade com que se passou a se desdizer e a desfazer compromissos de décadas, por tolos que fossem alguns. (Vulgaridade – 28/03/05)

**T27** - O jubileu de prata do **petismo**-lulismo é o pico de uma fraude histórica, não de um fracasso histórico (PT, 25 anos – 21/03/05)

**T28** - Cômico, porém, é que seus ideólogos mais estridentes combatam o **petismo**-lulismo, que sequestrou e matou o lugar da esquerda. (Direita, sem medo de ser feliz - 3/10/05)

**T29**- Novidade é o fato de que quem se dizia monopolista da ética agora assume gostosamente a mais cínica versão do que é política. (...) Não houve traição, confessa agora Lula. Houve “o jogo real da política que precisou ser feito”. Leia-se: o mensalão (para não falar em outras atividades, tipo sanguessugas, que também envolvem figuras graúdas do lulo-**petismo**) (A consagração da merda – 30/08/06)

Em T26, o enunciado propõe algo que se somou ao “petismo”, o “descaramento ideológico”. Em T27, “as mentiras programadas” começam a adquirir sinais de constatação. A oposição entre fracasso, advindos de erros, e fraude, resultante de mentiras, atestam isso. Entre a catástrofe “culposa” e a “dolosa”, o enunciado defende a segunda. A intencionalidade volta na estrutura textual de T28, e novamente na linguagem pejorativa do imaginário criminal. O petismo tomou o lugar, de forma hedionda, da esquerda.

Por fim, T29 congrega uma série de elementos que demonstra esse percurso enunciativo. O advérbio “gostosamente”, para adjetivar a forma como o partido passou a exercer as práticas “condenáveis” sugere a não-transparência das posições antes assumidas pelo partido, denotam demagogia. A M.D.S (AUTHIER-REVUZ, 1999) de Lula opera, ironicamente, como um eufemismo das práticas condenáveis, ao qual o enunciado dá a “prova material”: o mensalão, o *modus operandi* do petismo. Produz-se um efeito de “cola” entre os sentidos de petismo e o imaginário demagógico, com suas mentiras e maquinações.

A hipótese de que o PT passou por uma mudança, seja ela ideológica ou “real”, acompanha o discurso sobre partido desde antes de sua primeira vitória nas urnas em 2002. Já naquela campanha, era comum nas colunas e análises políticas a expressão “petismo rosa”, em alusão irônica à cor vermelha do partido e a uma memória discursiva das esquerdas ao redor do mundo, para designar uma forma mais amena ou menos radical do chamado “petismo histórico”.

Também neste período surgiu a designação “Lulinha paz e amor”, em oposição à imagem do combativo líder sindical grevista, como forma de remeter à uma eventual mudança de postura de Lula para viabilizar, enfim, sua vitória, e de forma a refutar sua imagem “radical” junto ao eleitorado mais conservador.

As construções simbólicas acerca de uma mudança, seja ela movida por quaisquer que sejam os interesses, foram sofrendo deslizos e deslocamentos durante todo este período até se constituir nos sentidos descritos aqui e que se materializaram nos enunciados acima. Tratando, como nossa proposta, da produção discursiva da repulsa, podemos considerar o imaginário demagógico, com todas as suas noções de cinismo, hipocrisia e traição, como uma das construções simbólicas mais efetivas no desencadeamento de afecções negativas, inclusive agressivas.

Em seu ensaio *Sobre a Violência*, quando trata da questão das explosões de violência nos movimentos políticos, Hannah Arendt expõe a hipocrisia como principal provocadora da violência, em um cenário onde a palavra dos governantes, ao invés de revelar a “imprescindível transparência do espaço público”, a esconde:

Tirar a máscara da hipocrisia da face do inimigo, desmascará-lo e desmascarar as maquinações e manipulações diabólicas que lhe permitem dominar sem se valer de meios violentos, quer dizer, provocar a ação mesmo sob o risco de aniquilação, de sorte que a verdade possa aparecer – esses ainda estão entre os mais fortes motivos da violência de hoje nos *campi* e nas ruas. (ARENDR, 2014, p. 84)

Esta é, segundo ela, a causa que provoca a transformação dos “*engagés*” (engajados) em “*enragés*” (enraivecidos).

### 3.2.3 PETISMO E FISIOLÓGISMO

Conforme afirmamos anteriormente, a separação entre as famílias parafrásticas ocorrem apenas a título de formalização. Muitos sentidos são atravessados por outros, cada um provocando e sofrendo deslizos ou deslocamentos. Como nos ensina a AD, “o que nos leva a dizer que há um mesmo nessa diferença” (ORLANDI, 2005, p.79). Como veremos nessa seção, o sentidos de fisiologismo política estão constantemente atravessados pelos sentidos de demagogia, sendo aquela, muitas vezes, apontada nos enunciados como evidência desta.

Na discursividade política, fisiologismo é a atuação política condicionada a troca de favores, geralmente cargos no aparato público. Possui uma relação de sentidos muito

negativa, de forma que é significada como uma compra de apoio político.

**T30** - Dito isto, sublinhe-se que o PT continua sendo das legendas mais orgânicas do país. Mas o **petismo no poder causa um pouco mais de derrisão ou sarcasmo devido ao seu costume de arrogar-se pureza**. (O PT que não diz não a Maluf – 29/04/02)

**T31** - Isso, antes das grandes mudanças petistas, chamava-se fisiologismo. Um modo de evitar dizer corrupção política ou corrupção eleitoral. (...) Se aceita a condição para o PP integrar o governo, *por que não dar o ministério a quem melhor simbolizaria a nova fraternidade de petismo e malufismo?* Ministro Paulo Maluf. (De iguais para iguais – 11/01/04)

**T32** - Se o PMDB não serve, monta-se um partido. Eis aí o papel reservado ao PTB. A sigla foi sinônimo de fisiologismo desde o final da ditadura militar. Pós-Collor, rumava para o nanismo. *Adotada pelo petismo federal, foi anabolizada pelo Planalto*. Criou-se o parceiro grande que o PT buscava. (...) Tudo muito simples. O PTB faz a captação dos congressistas. Lula e o PT aplaudem no Palácio do Planalto. Rotina. Depois, todos correm para o abraço. Alguns, para o cofre. (O PT monta seu partido – 16/10/04)

**T33** - *A aliança entre Lula e ACM inaugura oficialmente o carlo-petismo (ou lulo-carlismo) na administração federal*. É um sinal claro da direção escolhida pelo governo. Deseja criar uma maioria no Congresso. Não vai olhar ideologias. Quer votos. (O carlo-petismo – 15/09/04)

**T34** - Diz ainda que o PT fez “engenharia genética” para se aliar a certas forças políticas, e lamenta: *“Parece que o transgênico político vingou e vem transformando o petismo”* (Do sonho ao malufismo – 25/09/04)

**T35** - Pegou muito mal a eleição de Severino Cavalcanti, *após um ano de imobilismo e tratativas intratáveis e intragáveis do petismo no Congresso*. (A desmoralização de Lula – 28/02/05)

**T36** - De fato, num governo em minoria congressual, é preciso dividir espaço com aliados. *O petismo, porém, foi além dos tucanos*. Escancarou a política de distribuição de cargos (Gosto pela coisa – 29/05/05)

**T37** - *Ficarão até a última hora regateando apoio ao projeto de reeleição do petismo federal*. Ao mesmo tempo, farão traficâncias nos Estados com suas inserções na TV. (Uma anti-reforma política – 11/06/05)

**T38** - *O petismo chegou a Brasília munido de um plano secreto*. Sua missão oculta é a reiteração dos erros fisiológicos iniciados por Sarney, escancarados por Collor e mantidos por FHC. Como que decidido a provar a longevidade da hipocrisia, o ex-PT revela a sobrevivência dos delitos políticos, cometendo-os. (Sorte teve Tancredo Neves, salvo pelos micróbios – 19/06/05)

**T39** - A política brasileira está estruturada na base do toma lá, da cá. *O lulo-petismo universalizou a fisiologia que um dia quis enfrentar*. A base aliada está repleta de saqueadores do bem público. Essa é a argamassa que lhe dá coesão. (A poeta do toma lá, da cá – 13/09/11)

Como evidência do que já citamos, os enunciados de T30 já partem do sentido da hipocrisia. É importante notar que na data da publicação o PT ainda não havia chegado ao Planalto. A enunciação se refere ao governo municipal petista em São Paulo, e ocorre num período em que o cenário político para as eleições presidenciais daquele ano já começa a tomar contornos finais. A predicação com a designação que propõe o partido como uma das “legendas mais orgânicas do país” representa uma pré-história de se referir ao PT dessa forma, o início de um movimento na memória discursiva sobre o petismo. O que queremos

dizer é que o acontecimento dessa aparição pressupõe uma memória e uma futuridade (GUIMARÃES, 2002).

No fragmento de T31, o enunciado constitui um ato de linguagem ilocutório indireto (“por que não dar o ministério a quem melhor simbolizaria a nova fraternidade de petismo e malufismo?”). Segundo Koch (1997), os atos ilocutórios indiretos são aqueles em que é necessário um conhecimento prévio, neste caso, das relações entre os políticos, para que se reconheça sua natureza retórica, que não se dá na literalidade da fala. Este enunciado, na forma de pergunta, longe de representar uma sugestão, que a leitura literal provocaria, corresponde a uma manifestação de desacordo. Sua força ilocutória e, portanto retórica, está no absurdo que representaria Maluf ministro de Lula. Volta aqui o conceito de efeito-leitor, em que o enunciador projeta um interlocutor que reconheça o sentido em seu dizer.

Em uma leitura discursiva, a enunciação, manifestando o desacordo da aliança entre PP e PT, produz um efeito metafórico de associação entre “petismo” e malufismo”, com todos os sentidos que “malufismo” mobiliza no imaginário social sobre o político. Este efeito de sentidos também ocorre em T33 (“carlo-petismo”) em relação ao político baiano Antônio Carlos Magalhães, figura proeminente do antigo PFL e adversário político histórico do PT. Seria a “prova”, a evidência, da busca inescrupulosa por alianças. T33 materializa, a formação imaginária da política como “balcão de negócios”, prática “adotada pelo petismo”.

Em T32, destaca-se a narratividade materializada pelos enunciados. O texto é estruturado numa sequência de fatos, por si só uma interpretação de um sujeito-enunciador assujeitado ao interdiscurso, de tramas que produzem um efeito de evidência da ideologia em operação. O encadeamento de acontecimentos em “camadas de interpretações” que “vão se amalgamando”, em uma lógica simples de causa e efeito que produz a ilusão da evidência. A narrativa de fazer um partido crescer, adicioná-lo a base, compor a aliança com seus deputados e, em troca, distribuir cargos (ou até mesmo de repassar verbas de desvio do aparato público, em uma interpretação literal de “correr para o cofre”), “parece” verídica. É o efeito de transparência do discurso jornalístico em operação.

O texto materializa uma lógica das relações políticas que, dada sua simplicidade e causalidade “evidente”, possui um potencial de se aplicar a qualquer enredo de integração de uma base aliada. Como uma construção pronta que desse conta de traduzir um acontecimento real em uma lógica de causa e consequência, e pudesse sem pre ser aplicada e repetida. Desta forma, o dar a conhecer narrando implica na mobilização de sentidos a serem ou não legitimados.

Neste exemplo, também é possível perceber um silenciamento. A ligação entre os

governos de Collor e Lula, na narrativa sobre o PTB, é direta, apagando da reatualização da memória discursiva a atuação do partido no período entre um momento e outro, a dizer, governos de Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso. Qual foi o papel e a relação do PTB com o Planalto nestes períodos?

Em T34, ocorre novamente a tomada de “empréstimo” de um discurso outro (AUTHIER-REVUZ, 1998). Este discurso, por sua vez, também remete a uma exterioridade que metaforiza a forma como o PT se entregou ao fisiologismo. “Alterou seu DNA”. Uma alteração que “vingou”, ou seja, levará a cabo a mudança até o fim. Neste exemplo, vemos um discurso muito similar a alguns evidenciados nas famílias parafrásticas sobre a demagogia, inclusive na equivocidade do sentido de “petismo”. O PT mudou e o “petismo”, uma militância ideal, também está sendo transformada.

Os enunciados em T35 e T38 apresentam uma estrutura particular de composição textual, a repetição de elementos microtextuais. Em T35, esta repetição que se dá no sintagma adjetivo “tratativas intratáveis e intragáveis”, segundo a Linguística Textual (ADAM, 2008), é rítmica, o que a gramática formal chama de aliteração. Esta repetição de fonemas, mais que um mero ornamento, causa um efeito de intensificação.

Em T38, ocorre novamente uma repetição intrafrástica (ADAM, 2008) ternária, mas dessa vez de base sintática (três verbos no participio). A repetição de “iniciados”, “escancarados” e “mantidos” se torna um elemento de composição dos sentidos do substantivo “reiteração”, amplificando-o e o colocando em uma escala de progressão temporal negativa. Esse encadeamento dos fatos nos enunciados discursiviza o cotidiano, conferindo-lhe um caráter fabulador (MARIANI, 1996) que produz um efeito de verdade.

Na sequencia retórica composta pelos enunciados de T36, a estrutura argumentativa está articulada em torno dos conectores “de fato”, “porém” e um sub-entendido “porque”, que remete à conclusão (o petismo foi além dos tucanos na política de distribuição de cargos). A presença de “de fato” induz uma concessão que tem como objeto o reconhecimento de que é preciso dividir com aliados, em política. A natureza adversativa de “porém” é que direciona o sentido negativo na prática petista. Ela ultrapassou esse “bom senso” político, escancarou o “balcão de negócios”.

A forma pejorativa com que o jornalístico trata do político está materializada no efeito metafórico produzido pelo uso do substantivo “traficâncias”, em T37 e pela expressão “toma lá, da cá”, em T39.

### 3.2.4 PETISMO E AUTORITARISMO

Nomeamos essa família parafrástica de acordo com a definição de “autoritarismo” tomada das ciências políticas. Nesta tradição, autoritarismo se construiu como um conceito de contraposição a “democracia”, e foi utilizado para ressaltar parâmetros antidemocráticos em casos determinados (BOBBIO, N; MATTEUCCI, N et PASQUINO, G. 1998,). Segundo a definição, na tipologia dos sistemas políticos...

são chamados de autoritários os regimes que privilegiam a autoridade governamental e diminuem de forma mais ou menos radical o consenso, concentrando o poder político nas mãos de uma só pessoa ou de um só órgão e colocando em posição secundária as instituições representativas. Nesse contexto, a oposição e a autonomia dos subsistemas políticos são reduzidas à expressão mínima e as instituições destinadas a representar a autoridade de baixo para cima ou são aniquiladas ou substancialmente esvaziadas. (BOBBIO, N; MATTEUCCI, N et PASQUINO, G. 1998, p.94)

Na análise dos enunciados desta família parafrástica, notamos a recorrência de uma narrativa que indicava uma ocorrência anterior e exterior ao próprio texto, uma narrativa fundada no interdiscurso. À materialização textual do interdiscurso, chamamos de pré-construídos. Segundo Pêcheux (1988), o pré-construído é:

uma construção anterior, exterior, mas sempre independente, em oposição ao que é construído pelo enunciado (...) O efeito de pré-construído em sua forma pura é a colocação de uma existência singular e a verdade universal que afeta as asserções que incidem sobre essa singularidade (PÊCHEUX, 1988, p.99)

Os pré-construídos funcionam produzindo sentidos para determinado objeto ao filiá-lo em alguma rede de sentidos. Isso corresponde a buscar implícitos que procuram dar conta de uma interpretação no momento presente ou futuro. Dessa forma, a memória discursiva aparece como a reatualização de acontecimentos e fatos passados, acionando um imaginário vivo e latente que fundamenta a textualidade e produz um efeito de evidência.

Portanto, para a AD, nas diferentes práticas discursivas, a intervenção do interdiscurso, seja ela em uma narrativa, num discurso jornalístico, etc., atualiza expressões e enunciados, o que produz um efeito de uma anterioridade, um não-dito, mas admitido como existente e verdadeiro.

Vamos, então, aos enunciados:

**T40** - O governo Lula não só dá apoio encarniçado a macaquices autoritárias como encarna, defende, propõe e quer institucionalizar várias delas (...). Trata-se de de facilidade herdada da organização sindical do país, corporativista quase fascista, mantida com gosto e usufruto pelo **petismo**-lulismo. (Petismo-lulismo, caricatura da

direita - 16/08/04)

**T41** - Ficou o “projeto de poder” sem ideias. O aparelhismo da pior esquerda. (...) O **petismo**-lulismo desconectou-se do movimento social. Tornou-se movimento arrivista (História da ruína petista-lulista – 06/06/05)

**T42** - O **petismo**-lulismo foi um projeto de acaudilhamento do PT em torno do neopai dos pobres, Lula da Silva, plano concebido e implementado desde 1995 pela camarilha dos quatro, ora escorraçada até pelo próprio Lula: José Dirceu, José Genoíno, Delúbio Soares e Sílvio Pereira. (Nota de falecimento – 04/07/05)

**T43** - A degradação é ininterrupta porque o **petismo**-lulismo não é outra coisa que uma estratégia de se incrustar no poder a qualquer custo, sem nenhum projeto de substância. Da esquerda antiga – aliás uma redundância, pois não há esquerda nova – herdou apenas o cadáver mumificado, o vezo autoritário, o aparelhismo, a mentira sistemática do estalinismo. (A mula-sem-cabeça do PT – 11/07/05)

**T44** - Hoje, o PT minguiu, Lula cresceu, sai o **petismo**, fica o “lulismo”, o personalismo caudilhesco velho de séculos na América Latina (Restou um caudilho – 25/08/06)

**T45** - Poderia ser a divisa de um fascismo. Deu no **petismo**. (Lula, Boulos e as fantasias burguesas - 18/07/14)

No fragmento T40, tomemos o procedimento analítico da filiação de sentidos que sustentam a hipótese das “macaquices autoritárias” que o governo Lula quer institucionalizar. A argumentação parte do pressuposto que isso decorre da origem sindical do partido. A oração apositiva “corporativista quase fascista” manifesta-se como um efeito de sustentação sobre a classificação do sindicalismo brasileiro, ao qual o PT herda por associação lógica. Na AD esta é a manifestação do discurso transversal. Este, ao contrário do pré-construído, que é admitido como pré-existente, corresponde a uma evocação lateral, um retorno a um saber exterior, mas também constitui, como implícito, a “sustentação do verdadeiro” no discurso.

No campo da sintaxe, a oração “corporativista quase fascista” determina o sintagma nominal “organização sindical do país”. É uma determinação explicativa que emerge como manifestação de uma formação ideológica negativa sobre os movimentos sindicais brasileiros, em uma tentativa de aproximar sua atuação corporativa daquela dos movimentos fascistas europeus. Na ciência política, há diferenças denominativas entre as formas de corporativismo:

Enquanto o Corporativismo tradicional é essencialmente pluralista e tende à difusão do poder, o Corporativismo fascista é monístico (não é por acaso que está filosoficamente ligado ao idealismo), tenta reduzir à unidade, àquela unidade dinâmica que é ambição do sistema, todo o complexo produtivo. No Corporativismo tradicional, as corporações se contrapõem ao Estado; no Corporativismo fascista, as corporações estão subordinadas ao Estado, são órgãos do Estado. (BOBBIO, N; MATTEUCCI, N et PASQUINO, G. 1998, p.289)

A relação Sindicalismo - Governo Lula, com as sentidos negativos construídos em torno do sindicalismo, é dada como direta, e silencia uma série de outras relações. Constitui-se assim, no texto, um efeito metafórico de transferência dos sentidos entre petismo e fascismo.

O efeito de sustentação através do discurso transverso e do pré-construído também ocorre na atualização de uma memória discursiva eminentemente particular da história latino-americana, o caudilhismo. Esta foi uma forma de exercício de poder político caracterizada pelo agrupamento em torno de um líder carismático. Esse poder carismático era “exercido ao mesmo tempo de forma autoritária e paternalista, e retribuído com a adesão incondicional dos seus homens” (BOBBIO; MATTEUCCI et PASQUINO, 1998, p. 157)

Em T42 e T44, os enunciados filiam o petismo aos sentidos constitutivos deste movimento. O enunciado T42 está estruturado em uma série de atualizações desta memória, a começar pela designação tanto do “petismo-lulismo” quanto da anaforização do nome “Lula da Silva”. Partindo da designação, temos um efeito de pré construído. A predicação da oração restringe todas as interpretações de “petismo” a uma filiação de sentidos já composta anteriormente, o do “caudilhismo”. Temos um efeito de sentido único, a atuação, por excelência, do imaginário.

O mesmo efeito ocorre no sintagma nominal “camarilha dos quatro”. No contexto de movimentos aludidos à esquerda, como o comunismo chinês, o termo “camarilha dos quatro” designava as quatro personagens, na ditadura de Mao Tsé-Tung, responsáveis pela execução das ações da chamada “revolução cultural”. Mais recentemente, em alusão a essa memória discursiva, os procuradores da Operação Lava Jato nomearam “camarilha dos quatro” os diretores da área Internacional da Petrobras responsáveis pelo desvio de verbas na estatal.

A ressonância de um imaginário comunista nas narrativas sobre o petismo é sintomática no sentido de apreender as formações discursivas e, logo, as ideológicas, que compõem as práticas discursivas sobre o PT na Folha de São Paulo, visto que o discurso jornalístico sobre os comunistas constituíram uma longa narrativa que os significava negativamente (MARIANI, 1996, p.119).

Conforme Mariani explicita em sua análise do discurso jornalístico sobre o Partido Comunista Brasileiro (PCB), as teses de Marx, sobre as quais se fundou o partido, tiveram uma divulgação, no Brasil, muito restrita às leituras leninistas e estalinistas. Logo, o “PCB deixa de ser compreendido enquanto tal, seu sentido é deslocado, ficando atrelado, ou melhor, fechado na “figura palpável” do Estado Soviético e de Stálin” (MARIANI, 1996, p. 157). No caso do petismo, muitas práticas demonstradas nesta seção mostram uma narrativa que conduzem a um gesto de leitura similar ao das narrativas sobre os comunistas brasileiros.

Na anáfora “neopai dos pobres” (T42), em referência a Lula, a manifestação de um discurso transverso posicionando Lula em uma relação de atualização à memória de Getúlio Vargas, o “pai dos pobres”. Esta designação mobiliza toda uma filiação de sentidos que inclui



o paternalismo, o autoritarismo e o populismo atribuídos à memória de Vargas no poder.

É importante apontar que o que também está em jogo é uma cumplicidade com o leitor, pois espera-se o reconhecimento de que está sendo ressignificado um dizer já-dito. Nessa sequência de enunciados está atuando o trabalho da memória na enunciação jornalística: algo já dito antes e em outro lugar é retomado e ressignificado, em um processo de transferência mútua de sentidos.

Além do remetimento ao caudilhismo, com todos os seus sentidos estabilizados, T44 evidencia um efeito de narratividade. Chamamos de narratividade a...

memória como processo narrativo, um mecanismo discursivo que atuando junto à memória possibilita a reorganização imaginária do acontecer histórico em suas repetições, resistências e rupturas. A narratividade, tal como a estamos concebendo, com base na perspectiva da AD, coloca em movimento (no trabalho da memória) os agenciamentos de rituais enunciativos presentes no imaginário, permitindo o deslocamento, o retorno, a migração de cadeias de enunciados narrativos. A narratividade - e seu 'produto', os enunciados e textos narrativos - se encontra dispersa na verticalidade do interdiscurso. (MARIANI, 1996, p.119)

A enunciação em T44 se constrói em uma linha cronológica típica dos gêneros narrativos. O que a AD vêem nos propor é que essa “sucessão de fatos”, dada como evidente, ocorreu antes no interdiscurso, em uma outra filiação de sentidos, não dizendo respeito originalmente ao objeto do presente. A marca do “vazamento” do interdiscurso nesse caso é o discurso transversal, que materializa-se no sintagma nominal “o personalismo caudilhesco velho de outros séculos na América Latina”.

O que a enunciação propõe com a sequência temporal dos verbos “mingou”, “cresceu”, “sai” e “fica”, é uma narrativa comum a vários movimentos ditos comunistas, os quais “emprestam” eles próprios suas narrativas ao “petismo”. O movimento narrativo de conversão do “petismo” em “lulismo” busca inserir o acontecimento em um mesmo imaginário de outros movimentos de orientação socialista ou comunista institucionalizados pela História, como “estalinismo”, “leninismo”, “chavismo”.

A hipótese de que este movimento narrativo também circunscreve o “lulismo” e, por associação, o “petismo” em saberes estabelecidos de movimentos fundados em um líder carismático, que não sejam necessariamente de orientação socialista ou comunista, como o fascismo, também é válida. Bobbio aponta esta possibilidade na diferenciação de designações para movimentos que se assemelhavam ao fascismo. Na enunciação, o efeito de sentido para “lulismo” pode se inserir na mesma filiação.

Não falta, por outra parte, quem atribua fascismo, nazismo, franquismo, salazarismo, peronismo, etc. a estádios diversos do desenvolvimento econômico e político,

partindo de uma compreensível reação contra o uso genérico e indiscriminado do termo fascismo, e, contemporaneamente, quem procure uma explicação para as semelhanças entre o fascismo europeu e alguns movimentos e regimes iberoamericanos e do Terceiro Mundo. (BOBBIO, N; MATTEUCCI, N et PASQUINO, G. 1998, p. 36)

A grande ocorrência das variações “petismo-lulismo”, “lulismo-petismo”, “lulo-petismo, entre outras, no vasto arquivo constituído para este trabalho evidencia, inclusive, este percurso enunciativo através dos anos, constituindo um movimento histórico de nominalização. O procedimento de filiação de sentidos na rede de sentidos sobre o fascismo pode ser explicitado, por exemplo, em T45, um caso de designação. (GUIMARÃES, 2002)

Ainda no imaginário dos movimentos autoritários, totalitários e afins, persiste a lógica do aparelhismo. Esta memória tem uma ressonância no totalitarismo soviético e na ideologia nazista (ARENDR, 2012) e foi “herdada”, por assim dizer, pelo Partido dos Trabalhadores. A narrativa do “projeto de poder”, das tradições totalitárias, é recontada em T41 e T43.

Em T41, a ocorrência das aspas em “projeto de poder” merece destaque. Conforme Authier-Revuz (1998), o uso de aspas indica que outros sentidos afetam a palavra. Funciona, no campo da metaenunciação, como um reconhecimento do enunciador de que seu discurso é afetado por outro. Mais uma vez, temos a ocorrência do discurso transversal, um discurso pronto, já reconhecido anteriormente, garantindo a sustentação do discurso que se faz. Em T43, o discurso transversal, de mesma filiação no interdiscurso, aparece na oração adjetiva explicativa “uma estratégia de se incrustar no poder a qualquer custo”, remetendo a uma narrativa já contada em outros acontecimentos históricos. Percebe-se que há uma memória fazendo retornar um mesmo processo de linguagem e história. O que muda são as situações enunciativas.

### 3.2.5 PETISMO E AMORALIDADE

Nesta seção desenvolveremos a análise de uma família parafrástica que coloca o “petismo” em uma relação entre o “bom” e o “mau” ou “ruim”, ou seja, o que Nietzsche definiu como valores morais (NIETZSCHE, 1998). Tomemos como evidência da força do discurso moralista o fato de este sempre ter atravessado o discurso político com seu caráter normativo.

**T46** - Dada a miséria moral e política do **petismo**, mais e mais a economia será “blindada” (A vaca e o sapo – 20/06/05)

**T47** - A degradação do **petismo-lulismo** não tem fim. Não se trata aqui do paroxismo de vexames e indignidades simbolizado pelo petista preso com uma pacoteira de dólares sob as calças. (A mula-sem-cabeça do PT – 11/07/05)

**T48** - O **petismo**-lulismo procura salvar aparência, apenas. A camarilha lulista do PT caiu tão só porque flagrada em mentiras... (A mula-sem-cabeça do PT – 11/07/05)

**T49** - Gente de proa e popa do PFL e outros adeptos da ditadura e de Collor tornam-se respeitáveis, por comparação a figuras abjetas do **petismo**-lulismo, seu dinheiro sob as calças, seu “ouro de Moscou” cubano. (Direita, sem medo de ser feliz – 3/10/05)

Tomemos este primeiro bloco desta família parafrástica, constituído de excertos de colunas publicadas durante 2005. Estes quatro fragmentos são fartos em remetimento a uma memória discursiva constituída, umas mais outras menos marcadas.

O sintagma “miséria moral”, em T46, como forma de ajetivar o objeto é um efeito de pré-construído. Essa construção sintagmática está circunscrita a uma memória dos movimentos de esquerda, em alusão a uma suposta maior preocupação das esquerdas em relação à miséria e à justiça social. O termo aparece, no enunciado, como contrapartida, em um processo de antecipação imaginária, ao discurso das esquerdas.

A “miséria moral” é um efeito segundo o qual os cidadãos aceitam o “ruim” em detrimento do “péssimo”, sofrendo um esvaziamento de significados, por terem suas necessidades materiais sustentadas por programas assistencialistas de um Estado de Bem-Estar Social<sup>10</sup> Esta presença mobiliza toda uma memória discursiva que, além do sentido literal, reativa um choque de discursos políticos, onde o “petismo” cometeria o mesmo erro das esquerdas ao apostar em políticas assistencialistas.

Em T48, outra ocorrência deste processo discursivo materializa-se no sintagma nominal “A camarilha lulista do PT”. O Minidicionário Aurélio define camarilha como “pessoas que cercam um chefe buscando influir nas suas decisões”. O termo é utilizado pejorativamente para designar um grupo que, munido de objetivos secretos, participa de um governo a fim de executar tais objetivos através da garantia de poder.

Em T49, além da retórica de comparação, já citada na seção relativa à família parafrástica da criminalidade, a atualização de uma memória discursiva volta a ocorrer com a expressão, em aspas, “ouro de Moscou”, circunscrevendo o petismo, dessa vez, no imaginário comunista. O “ouro de Moscou” era a expressão para designar o financiamento internacional do Partido Comunista soviético aos partidos comunistas ao redor do mundo. Em sua tese a respeito da construção do imaginário comunista e dos efeitos de sentido sobre estes agentes políticos, Mariani cita a denominação “catequistas a soldo de Moscou, Pequim e Havana”, (MARIANI, 1996, p.140) entre as várias dadas pelos meios de comunicação aos

---

<sup>10</sup> A tese é defendida no livro “A Vida na Sarjeta - O Círculo Vicioso da Miséria Moral”, do psiquiatra britânico Anthony Daniels, sob o pseudônimo Theodore Dalrymple.

“comunistas”, em uma estrutura sintagmática muito parecida àquela do nosso fragmento.

Tratando pelo viés da AD, o que ocorre é uma intervenção do interdiscurso, que nas diferentes práticas discursivas do sujeito, atualiza expressões e enunciados. Neste enunciado, temos um efeito de anterioridade, de algo não-dito, mas um pré-construído sobre o imaginário comunista admitido como existente e verdadeiro.

A atualização se dá no complemento adjetivo “cubano”, ou seja, o petismo seria financiado pelo Partido Comunista de Cuba. Essa memória, atualizada como narrativa, se materializou em T49. Durante a campanha eleitoral de 2006, rumores de que a candidatura à reeleição de Lula recebeu suporte financeiro da ditadura cubana também circularam nos meios de comunicação.

Passemos aos enunciados de 2006:

**T50** - Vai ver que na linguagem do lulo-**petismo**, desmoralizado é elogio. Ou “imprecisão terminológica”. Em bom português, é cara-de-pau. (O caixa dois do idioma – 10/02/06)

**T51** - É comovente a evolução ética do **petismo** nos últimos tempos. Começou com a constatação do ator petista Paulo Betti segundo quem não se faz política sem pôr a mão em matéria fecal. (Troca de motosserra – 12/09/06)

**T52** - Falar em “golpismo” da oposição é tentar proteger os verdadeiros golpistas, apanhados com a mão na massa de dinheiro que pertencem, todos, todos, sem exceção, ao lulo-**petismo** (Tiros na Ética - 1º/10/06)

**T53** - Se confirmados os indícios, fecha-se o círculo dos escândalos na gestão do lulo-**petismo**. (O dinheiro que anda, 12/10/06)

**T54** (...) ao contrário do que indica a catarata de escândalos sem punições que escorre dos cumes do poder desde tempos imemoriais que o lulo-**petismo** manteve nas alturas. (“Golpismo, falso e verdadeiro, 26/10/06)

**T55** - Primeira face do monstro: o desafio ético. Ilude-se quem pensa que a vitória lavou a imundície gerada pelo lulo-**petismo** (O teatro e o monstro bifronte – 29/10/06)

Em T50, repete-se um discurso de lógica semântica similar àquele da “miséria moral”. Supor que neste grupo político “desmoralizado” seja aceitável e até um elogio é propor, novamente a questão da falta de significados éticos, da subversão dos valores. Este movimento semântico volta a aparecer em T51. A ironia, materializada na adjetivação “comovente”, submete o petismo a um processo de troca de valores éticos. A metáfora de “por a mão em matéria fecal” cumpre a função semântica de inscrever as práticas do partido no imaginário da sujeira política, das práticas escusas e detestáveis, as quais, segundo o enunciado, o partido teria aceitado.

Mais uma vez um choque de discursos se materializa em T52. O texto dispõe a voz enunciante em contra-argumentação a um discurso aludido aos “verdadeiros” golpistas: o discurso midiático contra o discurso petista. Esta adjetivação é um dos pontos em que a ideologia do sujeito escapa e se evidencia. O sujeito-enunciador se posiciona de forma a

definir o verdadeiro e o falso.

Outro ponto é na repetição binária de base lexical (ADAM, 2008) “todos, todos, sem exceção”. Este marcador limita e excluiu qualquer outra possibilidade no dizer, se constituindo com forte presença do enunciador, que “visa a saturar emotivamente um argumento” (ADAM, 2008, p.312). Todos os golpistas, todos os personagens pegos “com a mão na massa de dinheiro” são petistas. Ao mesmo tempo que exerce um movimento simbólico de condenação sumária, inscreve todos os condenados em um só grupo político.

Em T55 temos um não-dito (ORLANDI, 2005). O enunciado pressupõe que o petismo tem um “desafio ético”. Depreende-se que este não tem sido um valor muito caro ao petismo, senão não constituiria um desafio. A “imundície”, logo a seguir na construção, confirma a lógica da argumentação. A vitória nas urnas não “lavou” a sujeira petista. Constitui-se uma latência de futuro, produzindo um sentido de que um governo já nasce marcado pela “sujeira”.

Podemos notar afirmar que o discurso jornalístico está baseado em uma defesa da legalidade, ao mesmo tempo em que busca apagar suas marcas, gerando um efeito de objetividade e transparência ao mundo. Com isso, ocorre um efeito de estabilização dos sentidos do mundo social. Essa estabilização se dá na forma de julgamento moral dos fatos, e aqui em específico, de fatos políticos.

O aspecto da definição da legalidade pode ser notado na construção metafórica do enunciado T53 e T54. A forma de designar acontecimentos em “escândalos” e, neste caso, propor a recorrência ao compor uma sequência, metaforizada por “círculo dos escândalos” e “catarata de escândalos”, é muito indicativa da posição de acusação produzida na enunciação, e da singularidade do papel do PT, em T54, de uma figura fundamental neste processo de erros políticos (manter nas alturas).

Segundo Thompson, o termo era utilizado para designar as ações que fossem contrárias aos sentimentos morais e à decência. “Escândalo se refere a ações ou acontecimentos que implicam certos tipos de transgressões que se tornam conhecidos de outros e que são suficientemente sérios para provocar uma resposta pública”. (THOMPSON, 2000, p.40).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo da percepção de um acirramento político no cenário brasileiro e que tal acirramento tinha como elemento a repulsa manifesta em discursos de ódio sobre um ator político, neste caso o Partido dos Trabalhadores, tentamos compreender como este fenômeno se desenvolveu, com destaque para o papel dos meios de comunicação e da produção e reprodução de efeitos de sentidos sobre nosso objeto.

Com base nos conceitos de "intolerância política" e de dispositivos teóricos do campo da psicanálise, pudemos entender que as manifestações que se espalharam pelo Brasil em 2015 constituíram-se em uma estrutura coesa, embora de caráter efêmero, unida em torno de uma repulsa comum a todos, neste caso, ao PT.

Considerando nossa proposta de separar e examinar os discursos vindo das ruas, estruturamos a hipótese de que tais construções poderiam estar materializadas nos jornais. A análise das colunas da Folha de São Paulo nos permitiu apontar uma repetição sistemática de determinados efeitos de sentido, na qual identificamos efeitos parafrásticos que nos permitiram elencar cinco grandes famílias.

Um aspecto do discurso jornalístico sobre o PT durante os anos em que o "mensalão" ressoou nas colunas da Folha permite um gesto de leitura que se refere à identidade discursiva que se preserva e reitera estes sentidos. As denominações sustentam um direcionamento básico de referencialidade discursiva ("quadrilha", "organização criminosa", "coisa de bandido") que se mantém praticamente o mesmo ao longo do período e, até em anos depois, quando a questão volta a ser objeto das colunas.

Nesse sentido, a hipótese da exposição cumulativa da agenda setting parece nos fornecer, também, uma possível resposta ao efeito de "cola" que se deu entre a designação do petismo e as referências que a filiou nos sentidos de "quadrilha" ou "organização criminosa". Há uma paráfrase discursiva de negatividade em permanente reconfiguração: na repetição, o mesmo, e pequenas modificações vão se introduzindo nas denominações utilizadas.

Entendemos que, neste caso específico dos efeitos parafrásticos relacionando "petismo" e "crime", funcionou sistematicamente, através de processos discursivos que a Linguística Textual (ADAM e KOCH), as teorias da metaenunciação (AUTHIER-REVUZ) e da Semântica (GUIMARÃES) nos permitiram evidenciar, um procedimento de inscrição linguístico-histórico nessa determinada filiação de sentidos.

Estes dispositivos teóricos nos permitiram, ainda, perceber o discurso jornalístico

dando conta dos fatos em uma "tradução" do real ao didatizar e se colocar em uma posição, na ordem do discurso, de desambiguizador do mundo. Este efeito de transparência e verdade se dá pela ilusão referencial da língua, fenômeno que propicia e dá caráter de legitimidade à voz univocizante do discurso jornalístico.

Estabilizados ou em processo de cristalização, compreendemos como os sentidos, a partir dos anos seguintes, foram condicionando uma narratividade que se dá em caráter de pressuposto, com a presença de pré-construídos e discursos transversos, de sustentação. Na discursivização do cotidiano do jornalismo, entra em jogo a memória discursiva. Detectamos, nas colunas, uma tentativa de contar uma história coerente, a qual consideramos como efeito de uma narratividade já estabilizada, aquela presente no imaginário social sobre comunismo e partidos de esquerda, aos quais o discurso jornalístico, invariavelmente, atribuem sentidos negativos (MARIANI). Podemos dizer que a produção de sentidos de intolerância se dá discursivamente em um jogo entre memória e atualização de sentidos, onde esse memória é recuperada e deslocada.

Dito isto, nos torna clara a potencialidade da abordagem que aproxima política e sensibilidades, além do entendimento que ela nos dá, aliada ao discurso, de entender que existe, sim, uma forma de se produzir discursivamente a repulsa, o desprezo. O trabalho discursivo, associado à reflexões acerca das formas de legitimação da violência e da humilhação, não somente contra agremiações políticas, mas também contra indivíduos ou grupos sociais, nos mune de elementos para formular questões sobre como se dá a passagem da palavra ao ato, e a posição decisiva da linguagem neste processo.

## REFERÊNCIAS

ADAM, Jean-Michel. **A linguística textual – introdução à análise textual dos Discursos**. Rio de Janeiro: Cortez Editora, 2008

ALVES, Wedencley. **O “poder paralelo” da imprensa: uma contribuição semântico-discursiva para análises de agenda setting** in Rodrigues, M., & Alves, W. (orgs). *Discurso e sentido: questões em torno da mídia do ensino e da história*. São Paulo: Claraluz, 2007

ANSART, Pierre, Les humiliations politiques. In. DÉLOYE, D'Yves, HAROCHE, Claudine (Orgs.). **Le sentiment d'humiliation**, Paris: In Press, 2006.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997

\_\_\_\_\_. **Eichmann em Jerusalém**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999

\_\_\_\_\_. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012

\_\_\_\_\_. **Sobre a Violência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Palavras incertas: as não-coincidências do dizer**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998

\_\_\_\_\_. **Algumas considerações sobre modalização autonímica e discurso outro**. In. *Letras de Hoje: Estudos e debates de de linguística, literatura e língua portuguesa*. Porto Alegre: EDIPUCRS. V34, nº2, 1999

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998

BUTLER, Judith. Vida precária. In. **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**. São Carlos: Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, n.1, p.13-33, jan-jun, 2011

DÉLOYE, D'Yves, HAROCHE, Claudine. Des conditions sociales et politiques de l'intégrité psychique. Introdução. In. DÉLOYE, D'Yves, HAROCHE, Claudine (Orgs.). **Le sentiment d'humiliation**, Paris: In Press, 2006

FANTINI, João Angelo. Raízes da intolerância: a segregação imaginária do outro. In. **Sig: revista de psicanálise/Sigmund Freud Associação Psicanalítica**. Porto Alegre: Sigmund Freud Associação Psicanalítica, Vol. 4, n.6, p.103-111, jan-jun, 2015

FOCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2014

FREUD, Sigmund. **Psicologia das massas e análise do eu**. Porto Alegre: L&PM, 2016

\_\_\_\_\_. **O mal-estar na cultura**. Porto Alegre: L&PM, 2016b

\_\_\_\_\_. O eu e o id. In. \_\_\_\_\_. **Obras Completas, volume 16: O Eu e o ID**,



**"Autobiografia" e Outros Textos (1923-1925).** São Paulo: Companhia das Letras, 2011

\_\_\_\_\_. Sobre o narcisismo: uma introdução. In **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud.** Rio de Janeiro: Imago, 1974

FUKS, Betty Bernardo. O pensamento freudiano sobre a intolerância. In. **Psicologia clinica.** Rio de Janeiro: v.19, n.1, p. 59-73, 2007

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do Acontecimento. Um Estudo Enunciativo da Designação.** Campinas: Editora Pontes, 2002

KOCH. Ingedore Villaça. **A inter-ação pela linguagem.** São Paulo: Contexto, 1997.

\_\_\_\_\_. **As tramas do texto.** São Paulo: Contexto, 2014

LAGE. Nilson. **A linguagem jornalística.** São Paulo: Ática, 1986.

MARIANI, Bethania Sampaio Corrêa. **O comunismo imaginário: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB ( 1922-1989).** Campinas: Tese de Doutorado apresentada no Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas. Unicamp, 1996.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Genealogia da Moral: uma polêmica.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso. Princípios e Procedimentos.** Campinas: Pontes, 2005

PÊCHEUX, Michel. **Análise automática do discurso.** In. GADET, Françoise (org.) Por uma análise automática do discurso: uma introdução a obra de Michel Pêcheux. Campinas: Ed. Da UNICAMP, 1993

\_\_\_\_\_. **O discurso: estrutura ou acontecimento.** Campinas: Pontes, 2008

\_\_\_\_\_. **Semântica e discurso. Uma crítica à afirmação do óbvio.** Campinas: Ed. da UNICAMP, 1988

RESENDE, Fernando. **O discurso jornalístico no contemporâneo: entre o velamento e produção das diferenças.** In: Encontros da *Compós*, XVI, 2007, Curitiba. Anais ... Curitiba, 2007

THE Pervert's Guide to Ideology. Direção: Sophie Fiennes. Reino Unido: P Guide Productions, 2012. DVD (136 min), son, color, som original

THOMPSON, John B. **O Escândalo Político: Poder e Visibilidade na Era da Mídia.** Petrópolis: Editora Vozes, 2000

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação.** Lisboa: Editorial Presença. 1985